



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

ARIOSVALBER DE SOUZA OLIVEIRA

**REPRESENTAÇÕES DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL OITOCENTISTA NO CONTO
“PAI CONTRA MÃE” DE MACHADO DE ASSIS.**

**CAMPINA GRANDE, PB.
2011**

ARIOSVALBER DE SOUZA OLIVEIRA

**REPRESENTAÇÕES DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL OITOCENTISTA NO CONTO
“PAI CONTRA MÃE” DE MACHADO DE ASSIS**

Trabalho Acadêmico Orientado, apresentado à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB para encerramento do Componente Curricular e conclusão da pós - graduação em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Orientador Professor Ms José Pereira de Souza Junior.

**CAMPINA GRANDE-PB
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

O48r Oliveira, Ariosvalber de Souza.
 Representação [manuscrito]: / Ariosvalber de Souza
 Oliveira. – 2011.
 45 f.: il. color.

 Digitado.

 Monografia (Especialização em História e Cultura
 Afro-brasileira). Universidade Estadual da Paraíba,
 Centro de Educação, 2011.

 “Orientação: Prof. Me. José Pereira de Sousa Júnior”,
 Departamento de História”.

 1. Escravidão 2. Literatura 3. História 4. Machado de
 Assis. I. Título.

 21. ed. CDD 326

ARIOSVALBER DE SOUZA OLIVEIRA

**REPRESENTAÇÕES DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL OITOCENTISTA NO CONTO
"PAI CONTRA MÃE" DE MACHADO DE ASSIS**

Trabalho acadêmico orientado apresentado a Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, para encerramento da Especialização do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena.

Aprovado em: 04 de Maio de 2011

Banca Examinadora

José Pereira de Souza Junior NOTA 9,5
Orientador. Ms. José Pereira de Souza Junior.
(Presidente-Orientador)

NOTA 9,5 Josemir Camilo de Mello
Dr. Josemir Camilo de Mello. (UEPB)
(1º Examinador)

Luciano Mendonça de Lima NOTA 9,5
Dr. Luciano Mendonça de Lima - (UFCG)
(2º Examinador)

DEDICATÓRIA

Dedico em especial a Pierre Fatumbi Verger, Alberto da Costa e Silva, Martin Luther King, Luis Gama, Abdias do Nascimento e as musas, Margarida Maria Alves, Rosa Parks, Goretti e Dona Ivone Lara. Seres humanos que são símbolos de ética e respeito à dignidade humana.

ARIOSVALBER, DE. Souza Oliveira.

Orientador: Ms. José Pereira de Souza Junior.

Examinadores: Dr. Luciano Mendonça de Lima. UFCG – Dr. Josemir Camilo de Melo.

UEPB.

RESUMO

O presente trabalho pretende estabelecer o diálogo da história com a literatura. Analisando o conto “Pai Contra Mãe” de Machado de Assis publicado em 1906 no livro: Relíquias de Casa Velha. Pesquisando na narrativa machadiana alguns aspectos da escravidão no Brasil oitocentista. Para tanto, utilizaremos do conceito de representação do historiador Roger Chartier e das reflexões teóricas de Carlo Ginzburg, Marc Bloch e Sandra Pesavento. Encaminhando uma análise da proximidade da narrativa histórica com a literária, refletindo os limites e as possibilidades da literatura enquanto fonte histórica. Para um estudo mais acurado do texto de Machado de Assis estabelecemos o diálogo com a crítica literária machadiana, dialogando com os críticos, Astrojildo Pereira, Roberto Schwarz e John Gledson e dos historiadores Sidney Chalhoub e Nicolau Sevcenko que utilizam da literatura machadiana enquanto fonte histórica. Para análise de Machado de Assis e a escravidão, utilizamos dos estudos dos críticos literários, David Brookshaw, Mário de Andrade e Eduardo de Assis Duarte. De forma que o conto “Pai Contra Mãe” é uma fonte histórica importante para se estudar alguns aspectos da escravidão urbana no Brasil, especificamente perceber aspectos da cidade negra na Corte, o Rio de Janeiro oitocentista

Palavras chave: História, Literatura, Machado de Assis, Escravidão.

ABSTRACT

this paper aims at establishing a dialogue between history and literature. Analyzing the short story "Father against Mother" Machado de Assis in the book published in 1906: Relics of Old House. Searching the narrative Machado some aspects of slavery in nineteenth-century Brazil. For this purpose, we use the concept of representation of Roger Chartier and the theoretical Carlo Guinzburg, Marc Bloch and Sandra Pesavento. Forwarding a close examination of the historical narrative with the literary, reflecting the limits and possibilities of literature as historical source. For a closer study of the text by Machado de Assis establish dialogue with literary criticism Machado, talking to the critics, Astrojildo Pereira, Roberto Schwarz and John Gledson and historians Sidney Chalhoub and Nicholas Sevcenko Machado using literature as historical source. For analysis of Machado de Assis and slavery, use of studies of literary critics, David Brookshaw, Andrade and Eduardo de Assis Duarte. So the short story "Father against Mother" is an important historical source for studying some aspects of urban slavery in Brazil, specifically black perceive aspects of the city in court the nineteenth-century Rio de Janeiro.

Keywords: History, Literature, Machado de Assis, Slave.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direto ou indiretamente ajudaram na conclusão deste trabalho. Alguns nomes não poderiam faltar aqui. Agradeço com mais afinco o meu orientador o professor José Pereira Júnior pelas indicações e pelos alertas para que deixasse mais coeso à feitura desse trabalho e pela a maneira com que ajudou a conduzir a pesquisa. Aos argutos professores Josemir Camilo e Luciano Mendonça por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora. O professor Gervácio Aranha pelas aulas de teoria que muito me ajudou e vem me ajudando no suporte teórico. Aos professores Jomar e Benjamim por ter levantado a bandeira do Núcleo de Estudos Afro-indígena da UEPB – mesmo diante de tantas pressões que tentam deslegitimar a importância da temática. E também não poderia deixar de agradecer ao Movimento Negro de Campina Grande que foi pioneiro em trazer à tona o problema racial da sociedade campinense e paraibana.

Aos amigos de especialização, a todo e todas que participaram da primeira turma. Em especial alguns do qual convivi de forma mais íntima: Arthur, Alana, Arleide, Germana, Tânia, ao grande artista Neguinho - aluno espetáculo da turma. A deusa do ébano Milyena que nos encantou por mais de um ano com sua beleza e inteligência. Ao arguto Cícero pela inteligência intransitiva nas discussões e nos textos produzido durante a especialização. Em especial ao malungo de tantas árduas e alegres jornadas, o jornalista e ativista cultural Moisés Alves que partilha o desejo de combater as injustiças sociais dessa sociedade da qual vivemos, onde o peso maior dessa desigualdade recai sobre a resistente população negra. Sem essa trupe seria extremamente enfadonha a especialização.

Aos amigos Marcos, Sérgio, Fabrício, Jair Tiago e Malu que sempre torceram por mim sendo a recíproca verdadeira.

A todos da minha família, e claro em especial a minha mãe Goretti fonte inesgotável de sabedoria e amor, e a minha irmã Gessi.

Em memória do meu pai (neném) e do meu avô (Zé Miguel)! , da minha avó (Chiquinha) e avô materno (Anésio).

EPIGRAFE

O escravo ficou dentro de todos nós, qualquer que seja nossa origem. Afinal sem a escravidão, o Brasil não existiria como hoje é e não teria sequer ocupado os imensos espaços que os portugueses e os mamelucos lhe desenharam. Com ou sem remorso, a escravidão foi o processo mais importante de nossa História.

Alberto da Costa Silva.

“Umntu ngumuntu ngabantu”.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1.NA TERCEIRA IMAGEM DO RIO: A LITERATURA NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA NA LITERATURA:	12
1.1 Considerações Finais	12
1.2 A Literatura na História.....	13
1.3 A História na Literatura.....	20
2. MACHADO DE ASSIS E A ESCRAVIDÃO	26
2.1. Considerações iniciais	26
2.2. Machado de Assis.....	27
2.3. Machado de Assis do escritor ao historiador.....	28
2.4. Machado de Assis contista	32
2.5. Machado e a escravidão.....	34
3.ASPECTOS DA ESCRAVIDÃO NO CONTO: PAI CONTRA MÃE	40
3.1. Tessituras sobre o conto “Pai contra Mãe”.....	40
3.2. O Conto “Pai Contra Mãe”: Aspectos de Violência e Cenas da Cidade Negra	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
Referencias Bibliográfica	52

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe analisar o conto “Pai Contra a Mãe” de Machado de Assis, analisando as ressonâncias históricas na narrativa machadiana e estabelecendo relação com alguns aspectos da escravidão no Brasil oitocentista. É truísmo afirmar a importância da literatura enquanto documento histórico. Mas, pode-se acrescentar uma reflexão sobre essa temática no sentido de estimular uma análise mais acurada do uso da literatura pelos historiadores, como lembra o crítico literário Antônio Candido “Achar que basta aferir a obra com a realidade exterior para entendê-la é correr o risco de uma perigosa simplificação casual” (CANDIDO, 2008, p22.).

De modo que o historiador ao escolher a literatura enquanto fonte histórica está manuseando uma obra de arte, narrativa que não tem compromisso com a veracidade dos fatos narrados. Dessa maneira, torna-se importante o historiador estabelecer tessituras com as especificidades literárias quando valer-se da literatura enquanto fonte histórica. Analisar suas proximidades e seus distanciamentos, o que, contudo, não implica enunciar que não seja viável o uso da literatura pelos historiadores.

Atualmente a literatura é uma fonte histórica muito utilizada pelos historiadores na sua tentativa de compreensão do passado. Isso se deve ao fato que a literatura é uma fonte histórica interessante, pois contém imagens que remete ao campo das sensibilidades, dos costumes, como as pessoas pensavam e imaginavam determinados acontecimentos.

Diante dessas constatações, enveredamos nossa pesquisa partindo das propostas e contribuições dos historiadores Carlo Ginzburg, Marc Bloch e Roger Chartier. De Chartier, utilizando o seu conceito de “representação”, também dialogamos com o crítico literário Antonio Candido. Analisamos a literatura enquanto representação que possibilita ao historiador que busca nas imagens literárias verificar como as pessoas representavam os acontecimentos de determinada época, quais valores estavam na ordem do dia, entre outras perspectivas possíveis que a literatura disponibiliza aos historiadores. Nesse contexto, tentamos analisar o conto machadiano, buscando as ressonâncias históricas contidas nos textos, fazendo uma relação com o período oitocentista, tentando perceber alguns traços característicos da escravidão no Brasil. Demonstrando a viabilidade desse conto enquanto fonte histórica que possibilita estudar aspectos culturais e sociais relacionados à escravidão dessa época.

De maneira que a monografia foi assim inquirida: o primeiro capítulo trata-se de discutir a aproximação da história com a literatura e a viabilidade da literatura enquanto fonte

histórica. Para tanto, dialogamos com o historiador Carlo Guinzburg que refuta a leitura teórica que iguala narrativa histórica e literária, e que não levam em considerações as especificidades de cada narrativa. De Marc Bloch dialogamos com suas ponderações sobre a narrativa da história, de Antonio Candido os cuidados na análise da narrativa ficcional. Dialogamos também com a historiadora Sandra Jathay Pesavento, estudiosa da história cultural, viés teórico do qual o presente trabalho está inserido. Esses pesquisadores da temática vão auxiliar na proposta que utilizaremos de Roger Chartier indicando que o historiador ao trabalhar com a literatura tem que ter dois pontos a ser analisado: primeiro, refletir sobre a aproximação da narrativa da história com a narrativa literária e, a segunda é a de problematizar as possibilidades da literatura enquanto fonte histórica.

A segunda parte da monografia analisa o escritor Machado de Assis. Pretende também, historicizar como a literatura machadiana foi recepcionada pelos críticos literários e historiadores, principalmente perscrutando a relação do afamado autor com a escravidão, que sempre fora alvo de debates calorosos. Iniciando essa pesquisa, situaremos o escritor na crítica literária, demonstrando que por muito tempo Machado foi tido como um grande escritor, mas o menos brasileiro, pois supostamente negaria as questões que se referia ao Brasil do seu tempo (por conseguinte a escravidão). Mas, a partir de estudos inovadores como o dos críticos literários Astrojildo Pereira, Brito Brocca, Raimundo Magalhães Júnior, Raimundo Faoro, acompanhado dos estudos mais recentes feitos por Roberto Schwarz e John Gledson. Esses pesquisadores demonstraram toda uma perspectiva histórica na literatura machadiana, ratificando que não se pode dissociar sua literatura dos acontecimentos da sociedade do seu tempo. Esses estudos serviram de subsídio para análise de historiadores que se utilizam da literatura machadiana enquanto fonte histórica. Destacamos os historiadores Sidney Chalhoub e Nicolau Sevcenko. Analisaremos também o Machado de Assis contista, pontuando as características dessa parte ficcional do autor que merece uma atenção especial, principalmente constatando que carece de estudos panorâmicos de sua produção de contista e pesquisas que evidenciem os aspectos históricos nessas narrativas. E, por fim, abordaremos a relação do autor com a escravidão, utilizando das leituras de renomados críticos literários Mário de Andrade e David Brookshaw, passando por estudos de certa forma ‘inovadores’, como do crítico literário Eduardo de Assis Duarte no livro: “Machado de Assis Afro-brasileiro”.

O terceiro capítulo estabelece a pesquisa e a leitura do conto “Pai Contra Mãe” e pretende analisar as ressonâncias históricas na obra e estabelecer relação com a sociedade em que é ambientado o conto, o Brasil oitocentista. Na tentativa de fazer uma leitura mais coesa

do texto machadiano, contextualizamos as imagens dos contos e estabelecemos um diálogo com historiadores que estudam a escravidão nesse período, entre eles, destacamos Luis Carlos Soares e Sidney Chalhoub e sua concepção de “Cidade Negra” – demonstrando que o conto analisado representa aspectos importantes da escravidão na Corte.

Tentamos demonstrar como Machado de Assis era um autor consciente dos problemas sociais do Brasil do seu tempo e em especial no que tange a questão da escravidão. Sobre a importância dessa questão, cabe lembrar que o Brasil foi o país das Américas, que mais recebeu escravos da África. Estima-se que um contingente acima de mais de quatro milhões de africanos foram arrancados para o território brasileiro, em viagens aterrorizantes e genocidas, nos porões dos horripilantes navios negreiros. A formação econômica da nossa nação foi assentada sobre o trabalho escravo. Portanto, o ciclo econômico mais longo foi o do trabalho escravo (1538 – 1888), sendo de certa forma, os outros ciclos econômicos dependentes do trato negreiro. Sobre a importância da escravidão no Brasil é preciso refletir que:

O escravo ficou dentro de todos nós, qualquer que seja nossa origem. Afinal sem a escravidão, o Brasil não existiria como hoje é e não teria sequer ocupado os imensos espaços que os portugueses e os mamelucos lhe desenharam. Com ou sem remorso, a escravidão foi o processo mais importante de nossa história. (SILVA, 2003, p.72).

A escravidão brasileira durou mais de três séculos, o Brasil foi o último país das Américas a acabar com a instituição. Machado de Assis como um homem do seu tempo não estava alheio a esses fatos. E como poucos, o escritor representou artística e historicamente as contradições, as tensões sociais advinda da escravidão da sua época. Tentamos demonstrar quanto às imagens do conto representam aspectos da escravidão no Brasil do final do século XIX.

1. NA TERCEIRA IMAGEM DO RIO: A LITERATURA NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA NA LITERATURA

1.1 Considerações iniciais

O escritor João Guimarães Rosa escreveu “A terceira margem do rio¹”, um dos contos mais instigante da literatura universal. A narrativa discorre sobre o pai do narrador que constrói um barco e sai pelo rio defronte sua casa, se afastando da margem, e de forma inexplicável não volta mais ao seu lar. Colocamos esse título alusivo a discussão que trataremos no capítulo - especificamente o fato de que a história na sua narrativa abriga o caráter poético, mas que não se configura uma narrativa ficcional, como apregoa alguns teóricos, e também na sua confecção textual abriga a parte científica, o que por sua vez, não implica trazer no seu texto o rigor de “certeza científica”. O que, contudo, não implica afirmar que não tenha caráter científico, haja vista que trabalha com provas documentais para subsidiar sua narrativa. Daí, a narrativa da história estar na terceira margem, ao mesmo tempo em que existe a margem poética existe a margem científica. Dessa forma, a narrativa histórica situa-se na terceira margem, onde as duas margens (científica - poética) estariam abrigadas nelas, bifurcando-se e completando-se.

A nossa proposta é utilizar a literatura levando por dois caminhos de análise: o primeiro é analisar a escrita da história em suas dimensões poéticas que chega muitas vezes a parecer literatura ficcional; a segunda é perscrutar as possibilidades da literatura enquanto fonte para os historiadores. Estando em sintonia com a proposta de Chartier que indica que o historiador deve ter em reflexão essas duas percepções tornando a leitura histórica da literatura mais coesa:

(...) O retorno da história sobre si mesma, pensando em sua dimensão literária; por outro, a literatura como objeto possível ou necessário da investigação histórica. Levando em conta essas duas questões com que perguntamos sobre o estatuto da história, que sempre se vincula a fórmulas literárias, e com enfoque histórico que faz pensar que é possível produzir uma inteligibilidade mais densa, mais complexa e mais rica das obras literárias. (CHARTIER, 2001 p. 91).

O capítulo se divide em duas partes, a primeira discorre sobre o aspecto poético na escrita da história, demonstrando as proximidades e distanciamentos entre as narrativas da

¹ Texto extraído do livro "Primeiras Estórias", do escritor João Guimarães Rosa, Editora Nova Fronteira - Rio de Janeiro, 1988.

história e literária, a segunda parte estabelece algumas considerações sobre o uso da literatura enquanto fonte histórica indicando possibilidades e limites.

1.2 – A literatura na História

No momento da produção da escrita o historiador incorpora o caráter do escritor, haja vista que lida com as palavras, preocupando-se em colocá-las em ordem, com clareza, de forma que se reforce o convencimento de seus argumentos. Como indica o historiador Carlo Ginzburg quando indica que:

Os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51b), falam do que foi (verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo. (GINZBURG, 2007, p.14).

Diante disto, afirma Marc Bloch: “Pois não imagino (...) Elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares” (BLOCH, 2001, p. 41). Nesse contexto, ao lermos certos textos de história, temos uma impressão prazerosa, onde não precisa ser um eminente crítico literário, pra sentirmos que a leitura parece ser a de um texto ficcional. Verifica-se uma intriga que anima a leitura, distanciando-se da secura comum dos textos acadêmicos. Um exemplo é a sensação da leitura do trabalho histórico, “Uma porta estreita para liberdade: as ações cíveis e alguns aspectos do cotidiano escravo na Campina Grande do século XIX”, do historiador Luciano Mendonça de Lima.

São ilustrativas sobre essa perspectiva da narrativa histórica, as palavras de Jacques Le Goff sobre Marc Bloch quando diz: “Frisa: a história é uma ciência que tem como uma de suas características, o que pode significar sua fraqueza, mas também sua virtude, ser poética, pois não pode significar sua virtude, ser poética, pois não pode ser reduzida a abstrações, a lei, a estruturas” (BLOCH, Apud GOFF, 2001, p.19).

Qualquer reflexão sobre os significados da história na perspectiva de sua proximidade com a narrativa poética tem como referência a “Arte Poética” de Aristóteles. O filósofo grego Aristóteles parece ser o mais antigo pensador a refletir sobre a relação da história com a poesia. “A poética” é considerada obra divisora de águas na crítica literária do Ocidente. Aspectos importantes da teoria literária são discutidos pela primeira vez, como a questão da imitação (mimeses). Outro ponto importante é a diferenciação de gêneros literários estabelecido pelo filósofo, como o caso da epopéia e da tragédia. No capítulo IX é discutida a relação da poesia com a história que fica resumida em duas breves páginas, mas de forma

clara, o pensador estabelece as diferenças entre os dois campos de conhecimento. Para Aristóteles a poesia é universal, discorre sobre o possível, não o real, mas sim o verossímil; já a história trata do objeto particular, busca o real, não o possível, mas sim o verdadeiro. Em uma passagem dos fragmentos da Arte Poética, descreve que:

Pelo que atrás fica dito, é evidente que não compete ao poeta narrar exatamente que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso (pois se a obra de Heródoto houvesse sido composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela). Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. Por tal motivo a poesia permanece no universal e a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular. (ARISTÓTELES, 2005, p.43).

O pensador em pouco espaço textual coloca que a diferença da poesia para a história não está na questão da primeira ser escrita em verso e a segunda em prosa, mas a diferença está centrada na questão do compromisso da história em escrever o que aconteceu. Diferente do poeta que não tem este compromisso, haja vista, que o poeta trabalha com o possível, não se preocupa com a verdade do acontecido. Dessa forma, o filósofo coloca que a história trata do particular, por sua vez, a poesia é universal. A proposta aristotélica é bem delineada, cabe à história narrar o que realmente aconteceu, enquanto à poesia cabe narrar o que poderia ter acontecido. Essa visão de Aristóteles será muito influente por muito tempo, tornando-se uma referência para a historiografia.

No século XVIII, o filósofo e historiador François Arouet Voltaire refletia sobre a narrativa histórica e suas possibilidades. Voltaire no texto “História” defende que a escrita da história não pode abrir mão do caráter estilístico poético, indica ainda que “mas arte de bem escrever a história será sempre rara. Sabemos bem que é preciso um estilo grave, puro, variado, agradável. Há leis para escrever a história como aqueles de todas as artes do espírito; muitos preceitos, e poucos grandes artistas”. (VOLTAIRE Apud MALERBA, 2010, p62). As propostas defendidas por Voltaire têm como principal interlocutor o historiador Jules Michelet. No fim do século XVIII e início do século XIX na esteira do movimento intelectual do romantismo que tem como uma das características principais a recusa aos critérios da ciência e a defesa dos aspectos estilísticos e artísticos. De modo que os historiadores românticos se preocupavam com as questões estilísticas de suas produções, na beleza textual, Michelet é o grande nome dessa perspectiva historiográfica, vejamos um pequeno trecho de sua vasta obra: “Em 30 de outubro começou pálido e chuvoso, um desses dias lívidos que têm do inverno o ar de cansaço, mas não sua força, sua austeridade salutar. Nesses dias tristes e flácidos, perde-se a fibra; muita gente se rebaixa mais do que o normal (...)”. (MICHELET

Apud MALERBA, 2010, p 371.). Um leitor sem ser da área específica da história ao ler essas imagens irá encontrar dificuldades em perceber que se trata de uma obra de história. Contudo, vale salientar que os historiadores românticos não abriam mão do processo empírico, não se afastava das pesquisas documentais para subsidia sua escrita.

No século XIX com aparecimento do ‘positivismo’ na história, surge uma preocupação científica na escrita da história. Destaca-se, nesse momento, o historiador alemão Leopold Von Ranke que influenciou vários historiadores no mundo. Von Ranke propunha que o historiador deveria escrever a “verdade acontecida”, pois a história seria uma ciência objetiva, através das pesquisas dos documentos oficiais, o historiador resgataria não uma versão do passado, mas a “realidade passada”. Escreveu Ranke: “Como ciência, a história é parecida com a filosofia; e como arte, com a poesia. A diferença é que, de acordo com suas naturezas, filosofia e poesia lidam com o reino ideal, enquanto a história deve ater-se à realidade”. (RANKE Apud MALERBA, 2010, p141-142), de modo que a grande preocupação era a certeza daquilo que é narrado, ficando os aspectos estilísticos em segundo plano.

A escola dos Annales surge no início do século XX, tornando-se um divisor de águas na historiografia. As recentes produções historiográficas são diretas e indiretamente herdeiras das propostas lançadas pelos Annales. Entre os muitos legados deixados pelos Annales, podemos destacar duas grandes contribuições, primeiro a importância da ‘interdisciplinaridade’ e a segunda a ampliação das fontes históricas. A necessidade da história em dialogar com outras áreas das ciências humanas, em especial as ciências sociais, como auxílio na pesquisa histórica. Dessa forma, percebe-se a mais importante contribuição da Escola dos Annales.

No contexto da segunda metade do século XX, especificamente os anos 60 e 70, na Europa e Estados Unidos (pós - segunda guerra mundial) foram anos de mudanças marcantes, crises e lutas pelos direitos das mulheres, negros, imigrantes e estudantes. Nesse contexto histórico, as grandes verdades propaladas pelas ciências foram questionadas. O fim das crenças das ciências enquanto portadora de verdades absolutas e a emergência de novas propostas e questionamentos epistemológicos para as ciências humanas. É nesse contexto que surgem importantes pensadores: Roland Barthes, Michel Foucault, Paul Ricoeur, Paul Verney, Gilles Deleuze, entre outros. Várias críticas surgiram nesse momento no que se refere às pretensões de verdades cognitivas da disciplina ‘História’.

Na esteira do filósofo Friedrich Nietzsche, principalmente no seu texto: “Sobre a verdade e a mentira em um sentido extra - moral” de 1873, onde questiona o valor da verdade,

demonstrando que a verdade se dar apenas na esfera linguística-discursiva: Portanto, o que é verdade?

Uma multidão móvel de metáforas, metonímias, antroporfismos, enfim: uma soma de relações humanas poética e retoricamente potencializadas, transpostas e ornadas e que, depois de longo uso, parecem a um povo sólido, canônico e obrigatório; as verdades são ilusões, sobre as quais se esqueceu tratar-se de metáforas que se tornaram usadas e sem forças sensíveis, moedas que perderam sua impressão e agora são consideradas apenas mentais, não mais moedas. (NIETZSCHE Apud MARCONDES, 1999. p143)².

Concepção perspectivista da verdade e da realidade que vai influenciar alguns pensadores como Martin Heidegger, Michel Foucault, Roland Barthes, Paul de Man, entre outros. Nessa perspectiva, o crítico literário Roland Barthes questiona o valor do real descrito nos discursos da história, defende que os historiadores fingem esconder os seus interesses no processo de narrativa. O discurso dos historiadores vale do “efeito de real”, advindo do poder do discurso da história, que detém o efeito de fazer com que o que é narrado pelo historiador ganhe o valor de “real acontecido”. De modo que para Barthes: “Na história ‘objetiva’, o real nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que se poderia chamar de efeito do real” (BARTHES, 2004, p.178). Portanto, para o autor não há um referente externo, sendo que o significado da linguagem é um efeito produzido pelas mãos do historiador. Nessa perspectiva, Hayden White no livro “Meta História”, lançado em 1973, defende que a história seria narrativa próxima a narrativa retórica, uma ficção, que não seria tão diferente de uma obra literária. Essa ruptura, para White, se deu no século XIX, com o advento dos postulados científicos que subsidiaram a história enquanto discurso científico.

A concepção de Barthes é reiterada pelo estadunidense Hayden White que se situam no campo da chamada “linguistic turn”, ‘virada linguística’, expressão que demonstra que os estudos das humanidades deslocaram como eixo central da referência na ‘realidade’, para privilegiar como eixo principal de análise a maneira como a realidade é verbalmente - discursivamente construído.

O historiador francês Michel de Certeau se contrapõe aos argumentos de Barthes e Hayden White, trazendo contribuições importantes para a reflexão sobre a escrita da história. Demonstra que no processo da escrita da história existe uma ‘operação histórica’. O pensador aceita que a história tenha a sua dimensão narrativa, só que antes de chegar às perspectivas

² A discussão sobre as impossibilidades de o homem apreender a realidade é um dos temas mais antigos da filosofia ocidental, que remonta ao debate entre os pré-socráticos Heráclito e Parmênides. Tema recorrente na história da filosofia que no final do século XIX encontrou na linguagem o cerne da discussão.

poéticas, a história passa por um processo de elaboração construtiva. Para Michel De Certeau, a história passa por uma ‘operação histórica’³, que é a relação do lugar social e a prática. O lugar do qual fala o historiador, o seu tempo, instituição, esse lugar se relaciona com a prática, que são os métodos de pesquisas elaboradas e o rigor nas pesquisas documentais antes de chegar à escrita. O processo da escrita da história não seria conduzido apenas no seu caráter fictício e nem apenas pelo caráter científico, ela transita entre esses dois campos. Portanto, a escrita da história não seria fruto meramente da imaginação poética do historiador. Antes de tudo, existe uma operacionalidade que leva a produção da narrativa do historiador. Na concepção de Chartier, Certeau contribui no sentido de que:

O que determina as escolhas dos historiadores (no decorrer dos objetos, na preferência dada a uma forma de trabalho, na eleição de um modo de escrita) é muito mais o lugar que eles ocupam na “instituição de saber” do que o prazer de sua subjetividade. O que dá coerência ao seu discurso não é, ou não somente, o respeito às regras próprias aos gêneros literários que eles empregam, mas as práticas especificam determinada pelas técnicas de sua disciplina (CHARTIER, 2002, p.102).

De modo que, o presente trabalho está alinhado aos pressupostos da Nova História Cultural, paradigma que veio à tona na segunda metade do século XX, surgido a partir da proposta cultural da nova história francesa que após várias críticas ao fazer histórico, defende a aproximação da história com a antropologia e a literatura, afastando-se das pretensões positivistas tradicionais. Com o advento da História Cultural ficou mais bem estabelecido que o historiador deva atingir nas suas pesquisas as sensibilidades do “outro” no tempo já transcorrido – traduzir a experiência humana passada. De modo a ultrapassar a distância temporal e cultural do passado. Chegando mais próximo de conhecer esse outro no tempo.

O historiador tem a tarefa de traduzir o passado, mesmo que essa tradução não seja uma cópia totalmente fidedigna, na sua árdua tarefa de traduzir características de um tempo já transcorrido se pontua em recuperar sensibilidades e não resgatar a verdade acontecida. Tenta explicar como poderia ter sido a experiência sensível de outro tempo, subsidiado pelos rastros históricos deixados.

Um “retorno à narrativa” regida pelo historiador, que reúne e organiza os dados, seleciona as fontes, constroem “sentidos” para o seu texto. A História Cultural indica que “a cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de simbólica”. (PESAVENTO, 2003, p15)

³ CERTEAU, Michel de. A escrita da História. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. ⁴ Interessante nota o caso do francês Pierre Verger que quando jovem ao ler o romance “Jubiabá” de Jorge Amado, ficou tão impactado com a leitura que logo depois foi a Salvador, conhecer a cidade representada no romance. Ver documentário: Pierre Verger: Mensageiro entre dois mundos.

Nota-se que desde Voltaire passando por Michelet representante emblemático do romantismo, havia uma preocupação no estilo da narrativa literária mais poeticamente elaborada. Com o positivismo essa perspectiva vai ser colocada de lado devido à preocupação “científica”, mas no transcurso do século XX, a história volta a ser escrita de forma mais literária, um retorno à narrativa mais próxima de recursos poéticos. O que, contudo, não nos faz afirmar que a história seja uma narrativa semelhante à ficcional, como indica Carlo Ginzburg

Contra a tendência do ceticismo pós-moderno de eliminar os limites entre narrações de ficcionais e narrações históricas, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas (...). O ataque cético à cientificidade das narrações históricas insistiu em seu caráter subjetivo, que as assimilaria às narrações ficcionais. As narrações históricas não fariam da realidade, mas sim de que as construiu. (GINZBURG, 2007, p.9).

Concordamos com o historiador italiano quando refuta as concepções teóricas que defendem que as narrativas históricas são semelhantes às narrativas literárias. Críticas estas baseadas no fato de que tanto a literatura e a história são resultados de elementos da linguagem, são construções discursivas, assemelhando-se dessa forma à linguagem ficcional. É importante mensurar que as duas narrativas trabalham com a perspectiva da verossimilhança que significa qualidade de verossímil, que seja plausível de ser verdade.

Mas, é preciso considerar, antes de tudo, que as narrativas se diferenciam de forma categórica, pois, o historiador tem um compromisso fundamental na sua atividade, o compromisso com a veracidade do texto produzido, diferente do literário que não se orienta por essa premissa.

A história bem subsidiada de fontes documentais e teóricas não consegue narrar o passado acontecido - a ‘verdade acontecida’, seguindo a velha máxima positivista-rankeana. Mas, trabalha com as perspectivas do possível, do verossímil. Cabe ao historiador se cercar de rigor nas pesquisas documentais, estar bem equiparada teórica e metodologicamente para chegar mais próximo do passado. Marc Bloch indica sobre a viabilidade cognitiva da história que:

Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos (portanto) pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de seus vestígios, conseguimos, todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer. (BLOCH, 2001, p78).

Bloch de forma categórica demonstra que a disciplina de história é viável, em que pese suas limitações constitutivas. Para o pensador grego Aristóteles, a narrativa histórica trataria do que aconteceu. Atualmente a história trabalha com o possível, não mais a verdade do acontecido. Isso não quer dizer que a história não se diferencie da poesia (literatura).

Existe na tessitura da narrativa histórica um rigor de pesquisas documentais, em que o historiador, valendo-se de um contingente de inúmeras fontes, traços e vozes do passado, sustentam a produção do seu texto. Também existe um interesse de convencimento na sua versão do passado, daí um texto mais poético, bem escrito e plausível. Cabe lembrar a pergunta arguta de Marc Bloch: “Todo exercício intelectual habilmente conduzido não será, à sua maneira, uma obra de arte?” (BLOCH, 2001, p.44). Acreditamos que sim, pois uma sofisticada teoria de física quântica pode abrigar o caráter inventivo-poético. Força é lembrar as palavras do sociólogo Gilberto Freyre quando indagava que:

Que haverá de afim entre um antropólogo do tipo de um Lawrence da Arábia ou, antes, de um Robert Redfield, ou um historiador social do tipo de um Marc Bloch ou um sociólogo do tipo de um Simmel e um escritor que escrevera romances do tipo de Tolstoi e dos de Proust e, entre nós, dos de Machado de Assis e Raul Pompéia? Creio que aquela empatia que consiste na capacidade de ver-se um indivíduo em outros e de ver outros em si mesmo, em uma perspectiva tanto de dentro para fora como de fora para dentro. (FREYRE, 1980, p.89).

De modo que a narrativa da história está inserida na terceira margem do rio, vai além da primeira margem - do caráter científico, que reluz a “realidade” acontecida, e também vai além da segunda margem - a do aspecto poético – literário. A narrativa da história está na terceira margem, que abriga as duas margens que se entrelaçam (fabricação textual) e determinado momento se separam (compromisso de veracidade). Diante disto, fica estabelecido que não se possa afirmar que a narrativa histórica se separa totalmente do fazer poético. Cabe lembrar que a origem da palavra “poesia”, vem do grego “poiésis” que significa construir. É interessante evidenciarmos que o passado é poeticamente e historicamente construído.

1.3 – A história na literatura

A literatura é uma fonte histórica imprescindível para o historiador que queira melhor tentar compreender uma época passada. São rastros sensíveis de uma cultura e de uma época. A literatura produzida de um país representa sua história e aspectos culturais de sua formação social – poderíamos afirmar que são verdadeiros patrimônios culturais de uma sociedade. Força é lembrarmos alguns exemplos emblemáticos, como no livro “O Engenhoso Fidalgo D.Quixote da Mancha” de Miguel de Cervantes, percebe-se na narrativa uma gama de referências históricas, como a sátira aos romances de cavalaria, obra tão apreciada pelos leitores espanhóis do século XVI. Ou ainda, o teatro de William Shakespeare rico repertório histórico da cultura inglesa elisabetana. Poderíamos citar ainda a poesia de Charles Baudelaire que nos faz passear na França do século XIX, em plena era de efervescência da modernidade;

assim como os contos e poemas de Jorge Luis Borges que nos trazem imagens, cheiros e cores, das ruas históricas de Buenos Aires, entre outros tantos exemplos. De modo que acreditamos que os textos literários são narrativas portadoras de diversas implicações cognitivas com a história. Gilberto Freyre indica que:

O que nos leva a anotar de passagem que a realidade brasileira vem sendo, talvez, detectada melhor, nos seus aspectos menos mensuráveis, por romancistas com José de Alencar, Machado de Assis, Aluisio de Azevedo, Lima Barreto, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Amando Fontes, Cornélio Penna, Octávio de Faria, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, além de teatrólogos como Nelson Rodrigues, Ariano Suassuna, Cavalcanti Borges, do que por sociólogos, antropólogos, psicólogos sociais do tipo mais convencional. (FREYRE, 1980, p9).

Fica evidenciado que muitos aspectos de uma sociedade ficam registrados nas páginas dos literários. Carlo Ginzburg indica que: “A ficção, alimentada pela história, torna-se matéria de reflexão histórica, ou ficcional, e assim por diante. Essa trama imprevisível pode comprimir-se num só ou num nome.” (GINZBURG, 2007, p11). A literatura é termo polissêmico. O significado de literatura que conhecemos é recente no conhecimento ocidental, pois aquilo que entendemos por literatura foi instituído a partir dos séculos XVIII e XIX; o crítico literário Terry Eagleton nessa perspectiva indica que “A literatura nesse sentido da palavra é um fenômeno historicamente recente: foi inventado mais ou menos em fins do séc.XVIII “(EAGLETON, 1997, p24)”“.

Portanto, utilizamos ‘literatura’ no presente trabalho no sentido ficcional, que é produzido pelos poetas, literários, romancistas, contistas, entre outros. O conteúdo na ficção literária não é meramente de imaginações narradas, cabe lembrar, que as obras literárias têm efeitos concretos, na medida em que alteram nossa visão de mundo⁴ - o texto narrado na literatura ganha um valor de admissível.

Pesquisamos a literatura ficcional para além do plano da mera ficção, que é a priori, uma manifestação cultural que possibilita significar um contexto histórico - o homem na sua historicidade De modo que a literatura enquanto fonte histórica possibilita uma miríade de caminhos para a história e os historiadores. Nesse contexto, é preciso destacar o conceito de representação, que é de grande importância para História Cultural. Representação vem de representar, está no lugar, é uma presentificação de uma ausência, é feita a partir de um referencial, mas não de forma mimética, mas uma apresentação feita a partir dela. Ainda sobre representação indica Chartier:

⁴ Interessante nota o caso do francês Pierre Verger que quando jovem ao ler o romance “Jubiabá” de Jorge Amado, ficou tão impactado com a leitura que logo depois foi a Salvador, conhecer a cidade representada no romance. Ver documentário: Pierre Verger: Mensageiro entre dois mundos.

A noção de representação (...). Permite (...). O trabalho e classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição (CHARTIER, 1998, p23).

Portanto, verifica-se que a História Cultural tem como objetivo analisar as representações que os homens fizeram de si e do mundo em que viviam. A proposta da História Cultural seria compreender e decifrar os nexos entre textos e contextos por meios das representações do passado. Podemos afirmar que a literatura é uma fonte importante para o historiador, no sentido de possibilitar as pesquisas de como as pessoas imaginavam o mundo em que viviam, quais sentidos conferiam as suas ações, que valores regiam suas atitudes.

Seja a literatura que tem como característica a aproximação da representação da realidade, como são os casos de Anton Tchekhov, Alexandre Dumas, Tolstoi, Lima Barreto, entre outros; seja literatura que excede na fantasia, que se caracteriza pelo forte teor de introspecção, narrativa que não compromissada pela linearidade dos fatos e que não tem compromisso com a plausibilidade, como são os casos de certos escritores: Julio Cortázar, Juan Rulfo, Bráulio Tavares entre outros, são fontes de pesquisa para a disciplina de história, dependendo da pergunta levantada pelo historiador.

Exemplifiquemos nossos argumentos, vamos problematizar um texto literário, um conto com cores e tons fantásticos “Congresso Pamplanetário⁵” do escritor Lima Barreto. A narrativa expõe a estória de alguns planetas, como Vênus, Netuno, entre outros, que num determinado momento, liderados por Júpiter, resolve realizar um congresso entre os planetas – (O Congresso Pamplanetário), que tinha como objetivo, segundo Júpiter, estabelecer o “espírito planetário” entre os planetas – a fraternidade e igualdade entre os participantes.

O historiador que pretende historicizar esse conto, após uma pequena pesquisa sobre o autor, depois de pesquisar o contexto histórico em que foi escrito, vai considerar que Lima Barreto representa em visão ácida as relações internacionais, pintando com cores fantásticas e de forma alegórica - a política expansionista dos Estados Unidos, nas Américas do século XIX. Representada de forma irônica o planeta Júpiter, que no conto é descrito como:

Demais, júpiter estava em tal estado de adiantamento que precisava mostrar-se ao sistema todo. Produzia por ano 200.000.00 de toneladas de aperfeiçoadas farpas de bambus (...) Era unicamente Júpiter que estava assim: o resto dos satélites do Sol vivia sofrivelmente. Como, porém, houvessem descoberto que todos eles estavam

⁵ BARRETO, Lima. **Histórias e Sonhos**. 3ªed São Paulo: Brasiliense, 1956.

ligados por uma força oculta que, embora influenciando mutuamente sobre todos eles. (BARRETO, 1956, p.65).

Percebe-se nessa imagem alegórica que Júpiter representa os Estados Unidos que em comparação aos outros países das Américas no final do século XIX, estava num estágio econômico bem avançado. E sobre o Congresso Pamplanetário proposto por Júpiter:

Júpiter propôs, e todos os planetas restantes aceitaram a reunião de um Congresso Pamplanetário. Era preciso, diziam os embaixadores de Júpiter, formar um espírito planetário, em contraposição ao espírito estelar. Com isso, eles escondiam o secreto desejo de vender aos outros planetas farpas aperfeiçoadas, remédios para calos, toneladas de um literário papel de embrulhos e outros produtos similares de sua atividade sem limites, não esquecendo o fito de conquistar alguns destes últimos ou parte deles (BARRETO, 1956, p.66-67).

Nota-se nessa passagem uma sofisticada alegoria crítica a política expansionista dos Estados Unidos no século XIX empreendida nas Américas. A defesa de domínio da América pelos Estados Unidos ficou conhecida como ideologia do “Destino Manifesto”, que estabelecia que os ‘norte-americanos’ supostamente fossem superiores aos outros povos das Américas. De forma que seria seu destino civilizar os descendentes de portugueses, espanhóis, negros e indígenas. Essa política também ficou conhecida como “Doutrina Monroe”, em alusão ao presidente James Monroe, que em 1823 no famoso discurso colocou “A América para os americanos” – um forte aviso aos países europeus e outras potências sobre o domínio das Américas. Essa imagem do conto faz uma crítica aguda a esta política que se dizia a priori com a missão de salvaguardar os interesses dos americanos das Américas, mas que escondiam os interesses hegemônicos de controle dos estadunidenses e o interesse de permanência da dependência dos países americanos em relação aos ditames estadunidenses. Outra imagem interessante na narrativa de Barreto é quando coloca que:

É muito cediça a manobra de Júpiter falar sempre em liberdade, fraternidade, etc. Certa vez, ele declarou guerra a Saturno, para liberta-lhe os povos. Logo, porém, que o venceu, restabeleceu a escravatura que já estava absolvida. Tal e qual a América do Norte fez com o Texas, província do México, em 1837. (BARRETO, 1956, p68).

Nessa passagem o autor é mais evidente na crítica aos Estados Unidos, de forma visionária (cabe lembrarmos, que atualmente tanto na gestão de George W Bush e continuada com Barack Obama, o discurso de que é preciso levar os conceitos de liberdade e democracia a alguns países do Oriente Médio – Iraque, Afeganistão e Líbia, mesmo que em o nome da ‘liberdade’, os estadunidenses tenham que invadir e controlar o governo destes países). O escritor percebeu quais os interesses do país quando pretende levar aos outros (no conto planetas) países da região os ideais de liberdade, fraternidade, que escondem os seus

interesses de controle. Termina essa parte com o exemplo do Texas. Cabe destacar que o Texas pertencia ao México desde 1821, quando se tornou independente da Espanha.

Muitos colonos estadunidenses viviam nesta região quando em 1825, os mexicanos aprovaram a abolição da escravidão, os colonos texanos foram contra a abolição e recusaram libertar os escravos. Os colonos texanos se rebelaram e expulsaram o exército mexicano. Criaram uma constituição e logo legalizaram a escravidão e elegeram como primeiro presidente Samuel Houston e em 1845 o Texas fora anexada aos Estados Unidos – esse fato é brilhantemente representado pela ajuda de Júpiter (EUA) a Saturno (México), que “logo restabeleceu a escravatura abolida”. O conto termina com a seguinte imagem: “Sob os bons auspícios de Júpiter, foi assim que se fez a fraternidade animal em todo o sistema planetário. Sírius nunca mais cessou de sorrir” (BARRETO, 1956, p70).

De forma sarcástica, Lima Barreto termina seu conto de forma visionária, demonstra o domínio dos Estados Unidos nas Américas no século XIX a partir do destino manifesto, que de certa forma até hoje perdura, esse imaginário estadunidense de superioridade aos ‘irmãos americanos’.

Sobre o autor, Roberto Damatta diz: “Assim diz o etnógrafo Lima Barreto falando de nos mesmos” (DAMATTA, 1997, p202). Tal era a sua preocupação em entender o Brasil do seu tempo, “verifica-se nele o mesmo anseio de revelar em seus textos um retrato maciço e condensado do presente, carregado do máximo de registro e notações dos vários níveis em que o saber do seu tempo permitia captar e compreender o real” (SEVCENKO, 2003, p190).

A leitura do conto “Congresso Pamplanetário”, foi feito com objetivo de demonstrarmos que mesmos textos literários que abusem da fantasia, podem ser analisados historicamente. Em uma narrativa aparentemente insólita pode carregar uma miríade de ressonâncias históricas nas suas páginas, podendo tranquilamente servir ao historiador. É de fundamental importância para o historiador que trabalha com a literatura, enquanto fonte histórica, procurar estudar como se dá o processo de construção estilística do escritor pesquisado, quais são suas visões estéticas e estilísticas.

Demonstrando que a literatura pode servir de pesquisa para a história, desde um romance histórico “Guerra e Paz” de Leon Tolstoi, como também, textos literários aparentemente inverossímeis que abusem da fantasia, como por exemplo: “Cem anos de Solidão” de Gabriel Garcia Márquez, convêm ao historiador, dependendo do questionamento levantado. A literatura possibilita explorar com riquezas os campos da sensibilidade passada - traduzindo características do passado a partir da literatura - das subjetividades e sensibilidades materializadas na narrativa literária que se fundamenta no que se pode denominar de vestígios

de historicidade – registro de algo acontecido, os vestígios e rastros do passado, que são organizados e selecionados pelas mãos do historiador.

Importante indicar que obras tidas como menores no que se refere ao seu valor estético podem servir mais ao historiador do que certos textos clássicos da literatura ficcional. Como bem colocou Marc Bloch “Pois os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam, senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p.79).

São amplas as possibilidades de leituras históricas de obras literárias e façamos uma ressalva, não concordamos com historiadores que defendem utilizar a literatura igualando uma obra literária a outras fontes documentais, sem abrir concessões nenhuma às questões estéticas próprias da literatura ficcional. Lendo a literatura ao pé da letra. A questão não é a escolha da análise correta ou análise equivocada, apenas indicamos mais precisa à leitura histórica de obras literárias que levem em conta as idiossincrasias literárias e as questões estéticas do texto literário e a pesquisa do escritor trabalhado.

De modo que se torna importante ler a literatura não como imagens do transcorrido, como nos faz lembrar mais uma vez a assertiva do crítico: “Achar que basta aferir a obra com a realidade exterior para entendê-la é correr o risco de uma perigosa simplificação casual” (CANDIDO, 2008, p22.). É preciso estabelecer uma relação de proximidade com determinados acontecimentos históricos, “restabelecer uma leitura histórica das obras literárias que não destrua suas condições literárias” (CHARTIER, 2001, p.91).

Podemos inquirir que as possibilidades da literatura enquanto fonte para a história é ampla e de extrema viabilidade, desde que se respeitem às especificidades do texto literário. Como lembra Antonio Candido, que, antes de tudo, ao se trabalhar um texto literário:

O primeiro passo (que apesar de óbvio deve ser assinalado) é ter consciência da realidade arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente, pois a mimese é sempre uma forma de poíeses (CANDIDO, 2008, p22).

O texto literário serve enquanto fonte histórica para as questões formuladas pelo historiador, pois acreditamos que a literatura é fonte indispensável para tentarmos entender uma determinada época, “afinal, todo escritor possui uma espécie de liberdade condicionada de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são formadas ou sugeridas pela sua sociedade e seu tempo” (SEVCENKO, 2003, p29). Basta lembrar as palavras argutas do escritor Graciliano Ramos, quando da sensação da leitura dos romances de José Lins do Rego, escreve que Lins retrata: “a vida nos engenhos de açúcar; é uma

enorme força que se esvai fora do seu ambiente. Dá-nos a impressão de ouvir o rumor do vento nos canaviais, sentir o cheiro do mel nas tachas; percebemos até, nos seus diálogos, o timbre da voz das personagens” (RAMOS, 1970, p104).

É significativo que Heródoto e Tucídides já utilizavam da poesia enquanto fonte de pesquisa⁶. O historiador que pretenda investigar e analisar uma determinada época que não utilize a literatura, não terá ouvidos e olhos agudos para pontos importantes da vida cotidiana, não poderá visualizar com sensibilidade aguçada os cheiros, cores, medos, sonhos, sons, silêncios e ruídos de uma época passada.

⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo: A tradição Herodoteana e Tucídideana. In *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. Bauru - São Paulo. EDUSC, 2004.

2. MACHADO DE ASSIS E A ESCRAVIDÃO

2.1 Considerações iniciais

O presente capítulo procura analisar a relação de Machado de Assis com a escravidão no Brasil, demonstrar suas ponderações sobre tal instituição e analisando as leituras dos críticos literários e historiadores sobre essa relação que se mostra dividida entre uma interpretação de alheamento do escritor, e outra de um autor atento e crítico da escravatura. De modo que assim é estruturado esse capítulo: No primeiro tópico faremos uma breve apresentação biográfica do autor do nosso objeto de estudo, (o conto “Pai Contra a Mãe”), perscrutando também sua formação intelectual, suas influências e preferências estéticas, entre outras informações. Força é situar que os contos machadianos podem ser abordados dentro de várias perspectivas estéticas e teóricas. Nosso trabalho indica as possíveis ressonâncias históricas contidas nas imagens dos contos, especificamente estabelecendo uma relação com aspectos da escravidão no Brasil.

O segundo ponto é fazer uma discussão de como a literatura machadiana foi recepcionado inicialmente pela crítica literária, evidenciando nessas leituras toda uma fina análise psicológica de seus personagens, seu pessimismo e alheamento sobre as questões políticas do Brasil do seu tempo.

A produção ficcional machadiana passa no decorrer da história por novas leituras feitas por alguns críticos literários, dos quais destacamos Astrojildo Pereira, Roberto Schwarz e o John Gledson, que demonstraram toda uma gama de implicações históricas contidas na produção ficcional machadiana. Leituras essas que contribuem para análise de historiadores que utilizam da literatura machadiana enquanto fonte de pesquisa. Entre eles destacamos Sidney Chalhoub e Nicolau Sevcenko.

Sidney Chalhoub denomina Machado de Assis de “historiador”, demonstra várias dimensões históricas nos textos machadianos, essa parte vai analisar a passagem do escritor ao “historiador” Machado de Assis. É subsidiado nessas leituras que demonstraremos a relevância das obras machadianas como fonte para compreensão de aspectos da escravidão. O terceiro tópico tem como objetivo situar o contista Machado de Assis e suas características marcantes e de como essa dimensão ficcional do autor merece tanto dos críticos literários e historiadores novos estudos. E por fim, analisaremos a relação de Machado de Assis com escravidão, utilizando as contribuições dos renomados críticos literários, Mário de Andrade e David Brookshaw, que defendem o alheamento da literatura machadiana as questões raciais

do seu tempo, e dos críticos, Astrojildo Pereira e Eduardo de Assis Duarte no seu livro: “Machado de Assis afrodescendente”, demonstrando a atenção crítica de Machado à escravatura, mas valendo-se de suas armas peculiares em formas de sofisticadas ironias, mas não menos críticas e representativas sobre a escravidão brasileira.

2.2 Machado de Assis

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu em 1839 e morreu em 1908, viveu num período de mudanças marcantes da sociedade brasileira. Viveu a maior parte da sua vida no Segundo Reinado e presenciou o início da República, presenciou o auge da escravidão e sua derrocada. Esse período de transição da história brasileira é de extrema importância para tentarmos entender o Brasil de hoje, pois as vozes desse período se fazem sentir atualmente na sociedade brasileira contemporânea. Mudanças registradas pelos escritores da época

Machado de Assis foi uma criança pobre, teve uma infância difícil, desde cedo foi obrigado a trabalhar para ajudar na subsistência da família. Neto de escravos alforriados. O escritor nasceu e viveu a infância no morro do Livramento. Sua família vivia como agregados nas terras da família Barroso. Filho de Francisco de Assis, pintor de parede, a mãe Maria Leopoldina Machado de Assis morreu cedo, o pai logo depois, sendo criado pela madrasta Maria Inês. Se frequentou escola regularmente até hoje não se sabe. O que sabemos é que através de esforços consideráveis, se desenvolveu intelectualmente. Epiléptico, negro, pobre, de família humilde, diante de tantos fatores ‘adversos’, o menino do morro do Livramento, tornou-se ajudante de tipógrafo, funcionário público, jornalista, crítico literário, poeta, contista, romancista, fundador da Academia Brasileira de Letras, reconhecido em vida como grande escritor.

Machado de Assis conheceu com olhar clínico a sociedade brasileira do seu tempo. Uma das características marcante dessa sociedade era a desigualdade social, de difícil mobilidade socioeconômica não havia muitas oportunidades de ascensão. Outra barreira era a questão da cor da pele, legitimadas pelas teorias raciais em voga na Europa, teorias estas presentes no Brasil oitocentista. Como nos lembra o crítico Eduardo de Assis Duarte: “A tese da inferioridade congênita de negros e mestiços não só confundia com a verdade científica então vigente, como estava presente (...) incrustado no senso comum”. (DUARTE, 2007, p251).

Podemos afirmar que a personalidade de Machado foi formada em território “estrangeiro”, em uma sociedade hostil, em que além da barreira da cor da pele, enfrentou o preconceito social, de origem humilde, negro, teve que batalhar muito para melhorar de vida.

Conseguindo ser respeitado pelo mérito de sua produção ficcional e foi escritor reverenciado em sua época.

É imensa a produção ficcional de Machado de Assis; são mais de 200 contos, nove romances, mais de 600 crônicas, várias peças de teatro e outros livros de poesia e de crítica literária. Alguns desses textos são jóias da engenhosidade literária – ‘Memória Póstumas de Brás Cubas’, ‘Dom Casmurro’, ‘Quincas Borba’, ‘Esaú e Jacó’, ‘O Alienista’, ‘A Igreja do Diabo’, ‘O Espelho’, ‘Pai Contra Mãe’, entre outros, nos proporciona um mosaico de possibilidades de leituras. Nas narrativas machadianas estão registradas a preservação de paisagens da sociedade brasileira do século XIX e traços característicos da nossa formação histórica e cultural.

Machado era um escritor extremamente seguro de sua produção ficcional, possuindo um domínio crítico estético muito aguçado. Nas palavras do próprio autor: “Eu gosto de catar o mínimo e escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto” (ASSIS, 1999, p.8).

De uma escrita refinada e elegante, usando de uma sofisticada ironia, sempre fugiu dos modismos intelectuais, tornando-se, dessa forma, sua produção ficcional de difícil interpretação. Atualmente os enigmas machadianos ainda desafiam os críticos literários e os historiadores. Dessa forma, não é exagero afirmarmos que Machado foi um dos grandes intérpretes do Brasil – valendo-se não dos rigores da ciência, mas do poder transgressivo e visionário da narrativa literária.

2.3 Machado de Assis: do escritor ao historiador

No primeiro momento, a literatura de Machado foi recepcionada pelos críticos literários como de ótima qualidade, sendo um dos poucos escritores da literatura brasileira reconhecido em vida. Mas, alguns críticos literários viam em Machado um grande autor universal, mas não brasileiro. Grande escritor nas análises psicológicas, mas de visão míope sobre as questões do seu tempo e do seu país.

São patentes as críticas de Lima Barreto quando comparado a Machado, embora reconhecesse seu talento como escritor, não gostava da atribuída omissão do escritor. Na sua leitura sobre o humor machadiano, diz que:

Ele e sua vida, o seu nascimento de homem de cor, o seu acanhamento, a sua timidez, o conflito e a justaposição de todas essas determinações de condições, de meio e de indivíduo, na sua grande inteligência, geraram os disfarces, estranhezas e singularidades de Brás Cubas... A ironia vem da dor. (BARRETO, 1956, p.251-271).

Os primeiros críticos da obra do autor compartilhavam dessa visão. A crítica literária do Brasil no século XIX estava influenciada pelas as teorias do evolucionismo social e de ideias positivistas. Machado de Assis era avesso às modas intelectuais. Via-as sempre com extremo ceticismo. Por esses motivos o escritor era tido pelos primeiros críticos como um autor que negava as questões nacionais. Sílvio Romero, importante crítico literário do século XIX, indicava que Machado era um autor “sem cor local”, concepção partilhada pelo historiador e crítico literário Sérgio Buarque de Holanda no seu ensaio “Raízes do Brasil”, quando analisa os românticos na literatura brasileira, colocando que os nossos literatos sempre tenderam à fuga da realidade, dos problemas políticos e sociais, como exemplo indica Machado de Assis...

Essa literatura romântica, muito mais do que uma superfetação na vida brasileira, não obstante sinceridade fundamental dos seus representantes típicos. Tornando possível a criação de um mundo fora do mundo, o amor às letras não tardou em instituir um derivativo cômodo para o horror à nossa realidade cotidiana. Não reagiu contra ela, de uma reação sã e fecunda, não tratou de corrigi-la ou dominá-la; esqueceu-a, simplesmente, ou detestou-a, provocando desencantos precoces e ilusões de maturidade. Machado de Assis foi à flor dessa planta (...) (HOLANDA2003, p.162,).

Augusto Meyer denominou o escritor de “homem subterrâneo” e de “bruxo do Cosme Velho”, conceitos que se tornaram clássicos nos estudos machadianos. Reforçando todo o aspecto enigmático do escritor, consolidando o viés introspectivo do autor, seu pessimismo, seu humor irônico e cético. Essa leitura é pertinente, pois, se analisarmos os enredos e algumas imagens do seu texto verificam-se uma concepção de mundo pessimista, um sentimento trágico da existência, a iniludível transitoriedade de tudo, as incoerências dos julgamentos humanos a relatividade das coisas, nessa perspectiva Augusto Mayer sintetiza:

É a face não social, o lado individual e subjetivo que importa, e aparece então uma conduta interior que de modo algum se ajusta ao comportamento observado (...) E é isto o que por vezes sentimos com lancinante certeza na obra de Machado de Assis - a delícia do absurdo, a eloquência da contradição, a voluptuosidade do nada. (MEYER, 1950, p.120 -121).

Essa concepção sobre a literatura de Machado perdurou por muito tempo e, de certa forma, perdura até hoje. Um autor pessimista que expõe as incoerências humanas, onde supostamente não haveria uma preocupação do escritor com as questões políticas e sociais do seu tempo. Ressaltando a visão de alheamento do escritor às questões do seu tempo, criando uma imagem reducionista de sua produção ficcional.

A obra machadiana com o passar do tempo foi ganhando novas dimensões e interpretações. Críticos como Astrojildo Pereira, Raymundo Faoro entre outros. Indicaram nas narrativas machadianas toda uma gama de relações culturais e sociais do seu tempo e atenta às

questões políticas do Brasil do seu tempo. O crítico literário Astrojildo Pereira foi um dos primeiros estudiosos a perceber toda a sintonia da narrativa machadiana com os aspectos sociais e políticos do seu tempo.

Machado de Assis é o mais universal dos nossos escritores; estou que falta acentuar com igual insistência que ele é também o mais nacional, o mais brasileiro de todos. Eu acrescentaria sem querer fazer jogos de palavras, que uma qualidade resulta precisamente da outra: que ele é tanto nacional quanto mais universal e tanto mais universal quanto nacional. Outros escritores terão mostrado mais paisagem brasileira: nenhum mostrou mais profundamente o homem brasileiro (...). Da gente e da terra em suas manifestações normais, quotidianas, correntes. O seu Regionalismo carioca não o limita, pelo contrário: porque a capital do país sempre foi o ponto de convergência, a súpula, o índice de todo país. (PEREIRA, 1959, p14-15).

Essa perspectiva de leitura da obra machadiana ganha força a partir dos anos setenta do século XX, quando estudos inovadores surgiram, como é o caso do livro “Machado de Assis - A pirâmide e o trapézio” (1974), do jurista e Sociólogo Raymundo Faoro aonde se tem uma leitura sociológica da literatura de Machado, verificando toda uma gama de relações entre a literatura machadiana e as questões políticas do Segundo Reinado no Brasil.

Outra obra importante sobre Machado “Ao Vencedor as Batatas” (1977), do crítico literário, Roberto Schwarz, tornando-se um divisor de águas nos estudos machadianos, noutro livro “Machado de Assis - Um Mestre na Periferia do Capitalismo” (1991), Schwarz demonstra ao analisar o romance “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, toda uma gama de críticas às elites brasileiras feita pelo narrador – tratado da derrota das elites escravocratas, sendo o narrador Brás Cubas o tipo emblemático das elites brasileiras do século XIX, satirizado no romance - elite dependente do trabalho escravo, de discursos modernos e civilizados e de práticas grotescas – cunhando o conceito de “desfaçatez de classe” para representar essa característica. Schwarz sobre o Machado de Assis descreve que:

Ao contrário do que faz supor a voga atual do antirrealismo, a mimese histórica, devidamente instruída de senso crítico, não conduzia ao provincianismo, nem ao nacionalismo, nem ao atraso. E se uma parte de nossos estudiosos imaginou que o mais universal dos escritores passava ao largo da iniquidade sistemática mercê da qual o país se inseria na cena contemporânea, terá sido por uma cegueira também ela histórica. (SCWHARZ, 1997, p. 227).

Foram muito importantes para novas abordagens e estudos indicados por Astrojildo Pereira, Faoro e Schwarz sobre as narrativas machadianas. O brasilianista John Gledson é outro crítico literário importante que reitera com propriedade toda preocupação na literatura machadiana em participar, questionar e representar as questões políticas do século XIX. Trazendo várias ressonâncias históricas em sua literatura, segundo o crítico Gledson “A pesquisa que fiz das referências nas crônicas e nos romances levou-me a uma crescente

conscientização do realismo historicamente consciente e detalhado de Machado”. (GLEDSON, 2006 p.21).

De modo, que esses críticos literários vão influenciar vários historiadores que pesquisam os acontecimentos do Brasil no século XIX. Entre outras interpretações, destacam-se a dos historiadores: Nicolau Sevcenko e Sidney Chalhoub, que utilizam da literatura enquanto fonte histórica.

Sidney Chalhoub no livro “Machado de Assis Historiador”, demonstra através de uma leitura histórica dos textos Machadianos toda uma preocupação em entender a sociedade brasileira do seu tempo, representando muito bem em sua literatura as contradições dessa sociedade. No entanto exige do leitor um grande esforço para ler e compreender as ironias e sátira, sendo preciso ler Machado com um olhar muito atento, decifrando as ressonâncias históricas em suas narrativas:

[...] A Machado de Assis, como John Gledson já sugeriu, interessava desvendar o sentido do processo histórico referido (...). A representação literária desses sentidos, mas exigia uma narrativa mais sinuosa, cheia de mediações e nuances; na experiência do leitor, assim como na do dependente, a verdade não se lhe apresentava tal qual, o sentido dos acontecimentos não era evidente - distanciamento crítico e observação perseverante tornavam-se requisitos básicos. (CHALHOUB, 2003, p.92).

Essas leituras feitas por esses críticos literários e estudiosos das ciências humanas alicerçam nossa leitura, subsidiados nas constatações de Astrojildo Pereira, Faoro, Schwarz, Gledson, Sevcenko e Chalhoub. Acreditamos que não dá para dissociarmos as narrativas machadianas dos acontecimentos históricos do Brasil do seu tempo.

Outro detalhe importante a ser destacado é que Machado quando jovem jornalista era liberal, mas não levantava bandeira republicana, um liberal a sua maneira. Outra informação é o contexto de formação intelectual em que o autor estava inserido. Uma época marcada pelo revisionismo crítico da nacionalidade brasileira, marcada principalmente pela geração de intelectuais de 1870, capitaneada por Silvio Romero. Tanto que o autor ainda muito jovem já escrevia um texto significativo sobre sua preocupação da emancipação nacional da nossa literatura, “O passado, o Presente e Futuro da Literatura Brasileira” de 1858. Preocupação esta que vai acompanhá-lo durante toda sua vida. Tanto que já dizia quando jovem crítico literário: “Eu tenho a inqualificável monomania de não tomar a arte pela arte pela arte, mas a arte, como a toma Hugo, missão social, missão nacional e missão humana” (ASSIS, O Espelho, n. 15,11/12/1859, p7.). Apreensão que vai culminar no emblemático “Instinto de Nacionalidade” (1873) e na fundação da Academia Brasileira de Letras (1897).

De modo que diante deste contexto é representativa a leitura de um fragmento do texto “Instinto de Nacionalidade” (1873), escrito sobre os seus interesses estéticos na sua produção literária, que demonstra todas as implicações históricas no seu projeto estético invalidando dessa forma com a velha assertiva que o denominava de o autor alheio às questões do Brasil do seu tempo. Nas palavras do escritor:

Não há duvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir de um escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. (ASSIS, 2004, p. 804, v3).

Machado de Assis estabelece que o escritor, deve ser antes de tudo, um homem do seu tempo e do seu país, isso implica dizer que o escritor pode abrir mãos de vários recursos literários e de escolas literárias, mas não pode deixar de lado as questões da sociedade do seu tempo.

Para exemplificarmos a sofisticada ironia machadiana, usada como uma crítica ácida a determinados acontecimentos. Vejamos rapidamente o romance “Esaú e Jacó” publicado em 1906. O enredo está centrado na história dos gêmeos Pedro (Esaú) e Paulo (Jacó), irreconciliáveis, idênticos até mesmo na oposição ferrenha de um para o outro. A discórdia entre os dois começa quando ainda estão no ventre da mãe e se estende pelo resto de suas vidas. Na política continuam os conflitos, Paulo é republicano e Pedro é monarquista. Toda essa trama é ambientada na Corte do Rio de Janeiro, em um período de transformações políticas e sociais na história do Brasil, período de passagem do Império para a República. O romance é narrado pelo conselheiro Aires que questionado sobre a proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889, afirma que: “Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele” (ASSIS, 1999, p.117).

Em pouco mais de uma linha, usando metáforas sofisticadíssimas, ironiza a proclamação da República, trocou-se a roupa (sistemas políticos – Império - República), mas a essencial (a pele) continuaria. O Brasil deixou de ser um país escravocrata e monárquico, e se tornou uma República, mas os sistemas de privilégios e exclusão continuaram. O governo conseguia integrar o Brasil ao rol das sociedades “civilizadas e modernas”, adequando o país aos padrões de mão-de-obra do capitalismo. Mas perdeu de vista a integração social do liberto na sociedade brasileira. Acabaram-se a escravidão e a Monarquia, mas as enfermidades sociais criadas pela instituição continuaram o que de forma iniludível gerou problemas sociais que até hoje persistem na nossa sociedade.

Dessa forma, é preciso ler a literatura machadiana para além da simples narrativa ficcional, mas percebendo nelas vozes, ressonâncias da história. Sobre essa perspectiva Machado escreveu argutamente uma crônica de 15 de Março de 1877: “E repare leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias”. (ASSIS, 2009, p 28).

Machado representou artística e historicamente sua época como poucos. Não fez de sua literatura uma arma de militância, mas, por sua vez, descartou a arte pela arte, sem finalidade, pois o escritor, antes de tudo, deve ser homem do seu tempo e do seu país.

2.4 Machado de Assis Contista

Machado de Assis contista é reconhecido como um dos melhores do gênero, comparável aos grandes contistas, como, Edgar Allan Poe, Guy de Maupassant e Anton Tchekhov. Inclusive já fora defendido por alguns críticos literários que o Machado contista é mais relevante do ponto de vista estético do que o romancista, como indica a crítica literária Lúcia Miguel - Pereira:

Embora qualquer de seus melhores romances – Memórias Póstumas de Brás Cubas, Quincas Borba, Dom Casmurro, - seja superior a tudo o que em seu tempo se escreveu e à imensa maioria dos livros que depois se publicaram, possa e deva perdurar em nossa literatura como modelo de seu gênero, foi incontestavelmente como contista que Machado de Assis fez as suas obras-primas. (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p.100).

Mas, mesmo assim, como indica o pesquisador de sua obra, Hélio Guimarães, Machado é um autor pouco estudado no que se refere aos contos, merecendo novos estudos, “e, por incrível que pareça, faltam também estudos sobre os contos. Além dos ensaios isolados sobre este ou aquele conto, há pouca coisa que busque dar uma visão geral do conjunto” (GUIMARÃES, 2007, p.25).

O Bruxo do Cosme Velho escreveu 218 contos, desses, 76 foram publicados pelo o autor, nos seus sete livros de contos publicados: Contos Fluminenses (1870); História da Meia Noite (1873); Papéis Avulsos (1882); História sem Data (1884); Várias Histórias (1896); Páginas Recolhidas (1899); Relíquias da Casa Velha (1908). Os outros 138 contos foram organizados em antologias e coletâneas avulsas feitas por outros organizadores. Sobre o conto, escreveu Machado: “É gênero difícil, a despeito da sua aparente facilidade, e creio que essa mesma aparência lhe faz mal, afastando-se dele os escritores, e não lhe dando, penso eu, o público toda atenção de que ele é muitas vezes credor”. (ASSIS, 2004, p806).

Diante desta constatação se faz necessário à pesquisa da relação do Machado de Assis contista com a história, em especial com a questão da escravidão no Brasil, haja vista a imensa produção de contos feita pelo autor. O escritor é mais estudado pelos historiadores pelo ângulo do romancista ou do cronista. Machado de Assis era um autor extremamente atento às questões do seu tempo e do seu país. E a questão escravidão não fugiu de ser um assunto que de forma recorrente o autor mencionava em alguns de seus contos. “Ao conto machadiano, vemos que o autor produziu narrativas em que a condição social e humana dos afro-brasileiros emerge de forma explícita e desvela o ponto de vista autoral, identificado com os que sofrem as agruras do regime patriarcal e escravista” (DUARTE, 2007p. 262). O que melhor será demonstrado no próximo capítulo.

Nos contos de Machado estão imagens, ressonâncias históricas ocultas a serem exploradas. É preciso dar novas dimensões do quanto às imagens dos contos podem representar as mudanças culturais e políticas da escravidão e seus desdobramentos para a sociedade brasileira nesse período tão significativo da nossa história.

2.5 Machado e a escravidão

A relação de Machado de Assis com a escravidão talvez seja um dos pontos mais polêmicos entre os seus leitores e estudiosos. Resultado geralmente de leituras enviesadas por fortes teores ideológicos de militância, faltando de certa forma, uma leitura mais acurada do contexto social e individual do escritor. Alguns estudiosos afirmam o seu alheamento diante de tal instituição, outros afirmam suas críticas à escravidão. Vamos refletir sobre tais perspectivas. O eminente crítico Mário de Andrade afirmara sobre o autor que:

Machado de Assis não profetizou nada, não combateu nada, não ultrapassou nenhum limite infecundo. Viveu moral e espiritualmente escanchado na burguesice do seu funcionalismo garantido e muito honesto, afastando de si os perigos visíveis. Mas as obras valem mais que os homens. (ANDRADE, 1972. p.20).

Segundo o crítico, Machado alheou-se aos acontecimentos do seu tempo (escravidão) conformado com sua estabilidade garantida de funcionário público. Cabe lembrar, que existem teorias de que o escritor teria se esforçado ao máximo para embranquecer-se, sendo uma estratégia para melhor ser aceito nos meios elitistas literários – essa leitura se deve provavelmente as publicações das cartas do seu grande amigo Joaquim Nabuco:

A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. Nem sei se alguma vez ele escreveu e que tom lhe deu. O Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava: quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava

a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só via nele o grego (...). (NABUCO Apud BROOKSHAW, 1983 p.57).

Essa concepção fora reforçada por outros frágeis argumentos, como por exemplo, o fator do uso de barba e bigode, como forma de esconder traços de negro em sua composição física, “isto sem falar dos polêmicos retoques para clarear a pele nos estúdios dos fotógrafos da época. Tais lugares comuns” (DUARTE, 2007, p.8). É importante notarmos que não se encontrou nenhum texto do próprio escritor sobre tal assunto.

Cabe recordamos que o negro e tudo que o lembrasse eram tidos como algo extremamente negativo, vários discursos depreciativos que se tornaram “verdades”, que perpassava todas as esferas sociais, um processo sofisticado de rebaixamento do descendente de escravo. É nesse ambiente hostil que o autor, “neto de escravo e nascido no morro do Livramento, irá aos poucos se firmando como grande voz da literatura de seu tempo”. (DUARTE, 2007, p252). O poeta Cruz e Souza no texto “Emparedado”, escrito em 1898, pouco tempo, antes de sua morte, sintetiza argutamente a angústia de viver e conviver em uma sociedade racista (O Brasil no fim do século XIX)⁷ – preconceito este que se encontra na esfera intelectual – o negro intelectual não era aceito pela mera questão da cor da sua pele – angustiosamente é emparedado nessa sociedade, segundo o lapidar texto:

Deus meus! Por uma questão banal de química biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes e curiosos fósseis preocupados, a ruminar primitivas erudições, perdidos e atropelados pelas longas galerias submarinas de uma sabedoria infinita, esmagadora, irrevogável. Mas que importa tudo isso?! Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febre? (...) Se caminhares para a direita baterás e esbarrarás ansioso, aflito, numa parede horrendamente incomensurável de Egoísmo e Preconceito! Se caminhares para a esquerda, outra parede, de Ciências e Crítica, mais alta do que a primeira te mergulhará profundamente no espanto! Se caminhares para a frente, ainda nova parede, feita de Despeito e Impotências, tremenda de granito, brancamente se elevará ao alto! Se caminhares, enfim, para trás, ah! Ainda, uma derradeira parede, fechando tudo, fechando tudo o horrível! – parede de Imbecilidade e Ignorância, te deixará num frio espasmo de terror absoluto (...). (SOUZA, Apud BROOKSHAW, 1983, p159-160).

Viver e tentar se ascender intelectualmente numa ambiente racista, (como foi bem sintetizado no texto “emparedado”), não era tarefa das mais fáceis, era lidar e defrontar-se diariamente com ‘verdades consolidadas’ e reproduzidas em quase todas as esferas do conhecimento. Não reconhecer esse aspecto e julgar Machado de Assis com os valores ideológicos a posteriores é no mínimo uma leitura superficial do autor.

Concordamos com Gilberto Freyre: “De Machado de Assis, negroide.” (FREYRE, 1980, p15). O ficcionista é membro do grupo étnico que é caracterizado pela pigmentação

⁷ Atualmente as dificuldades de ser negro e viver em uma sociedade racista como a brasileira, são brilhantemente retratadas no rap, “negro drama,” do grupo de rap paulista, Racionais Mcs.

escura da pele, cabelos crespos, nariz achatado e lábios, traços iniludíveis da presença negra na sua formação física. Outro estudioso da literatura afro-brasileira, o americano David Brookshaw defendia que:

Machado de Assis, que era mulato, mas cujo trabalho nunca se preocupou com o problema racial e raramente tocou em questões da escravidão cuja abolição ocorreu quando ele ainda vivia. Antes pelo contrário, a maioria de seus romances tem por cenário as classes mais altas da burguesia (...) exemplo clássico do mulato que devotou sua vida para ser aceito acima da linha de comportamento e, por isto, evitou cuidadosamente qualquer referência às suas origens (...) a não participação de Machado na campanha abolicionista, o seu comportamento social testemunhado por pessoas que o conheciam, a sua evasão ao termo mulato, que nunca usava em seus escritos, e sua profunda erudição e formação cultural antipopular, tornaram-no representante típico daquilo que Innes considerava escritor de primeira categoria (BROOKSHAW, 1983. p.153-154).

Para Brookshaw, Machado foi grande escritor, mas um analista do mundo das elites urbanas do seu tempo e alheio a escravidão e seus desdobramentos sociais. Essas concepções dos críticos aludidos, embora tenham sua validade, limitasse, pois, perde de vista a complexidade do contexto histórico em que viveu o escritor, cabe lembrar que “ninguém está diante do mundo de olhos inteiramente desarmado, mas com lentes das ideias de seu tempo, em geral conflitantes ou contraditórias”. (SILVA, 2005, p.15).

Machado como tanto defendia era um homem do seu tempo, influenciado pelos valores culturais e sociais da sua época. O debate sobre a escravidão era assunto de ordem da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Sintetizando o clima da época, Astrojildo Pereira coloca que “a existência da escravidão e a luta abolicionista constituem as duas faces do mesmo fator dominante na caracterização social da vida brasileira durante o Segundo Reinado. Tudo, naquele período, mas absolutamente tudo, girava em torno do negro escravo.” (PEREIRA, 1958, p24). Um autor que tanto defendeu a percepção do escritor como homem do seu tempo e do seu país, ficou tão alheio à escravidão? Acreditamos que não. Sobre a escravidão refletimos sobre o homem, Joaquim Maria Machado de Assis, que antes de tudo, foi funcionário público. A experiência do escritor na função pública reflete indelevelmente na sua produção ficcional. É preciso atentar para o fato de que Machado de Assis foi funcionário do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras, e depois, com a República, do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. No primeiro Ministério, sua função era trabalhar com a aplicação da Lei do Vinte Livre de 1871. Um funcionário de ministério contemporâneo seu descreveu que:

A propósito, dizemos: o trabalho do elemento servil foi sempre um dos mais bem cuidados da Secretaria da Agricultura. Todos os ministros dão testemunho da lucidez e nítida consciência com que foi sempre êle dirigido pelo ilustre chefe de seção e eminente homem de letras Sr Machado de Assis, auxiliando por

companheiros que procuraram sempre imitar-lhe a dedicação e o zelo”. – “A esse grupo de distintos funcionários deve-se a liberdade de milhares de escravos, liberdade que provinha da fiscalização vigilante dos dinheiros públicos, e da qual resultava grande aumento no número das alforrias pela diminuição do exagerado valor do escravo, pela irregularidade de matrículas e não cumprimento de preceitos legais (BARROS, Apud PEREIRA, 1934,94).

Esse relato está em consonância com os dados documentais levantados por Chalhoub que demonstrou toda a participação ativa do funcionário Machado de Assis em favor dos escravos no Ministério da Agricultura. Sua experiência no ambiente de trabalho vai deixar, de forma indelével, marcas em sua literatura, Eduardo de Assis Duarte indica:

Machado de Assis trabalhou por vários anos na seção da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura, órgão que se ocupava justamente da política de terras e do acompanhamento da aplicação da Lei do Ventre Livre, e que chegou a ser dirigido pelo escritor. Apoiado em minuciosas pesquisas de fontes primárias, Sidney Chalhoub (2003) destaca os inúmeros pareceres e réplicas escritas por Machado na “arena de luta” constituída nos escalões burocráticos do poder imperial. E ressalta seu papel de cidadão empenhado em fazer cumprir o preceito que libertava os filhos de escravos nascidos depois do 28 de setembro de 1871. (DUARTE, 2007, p10).

Um dos argumentos da sua indiferença à escravidão se credita pelo fator de não ter sido um militante abolicionista aos moldes de um André Rebouças, Luis Gama, Joaquim Nabuco, entre outros. O que, contudo, não implica sentenciar sua indiferença à escravidão. Suas críticas se davam através de seus textos literários, armados de ácidas e sofisticadas ironias – mas que não deixava de ser críticas contundentes a tal instituição.

A questão da escravidão no Brasil é um exemplo de como Machado de Assis estava atento às questões políticas do seu tempo. Como exemplo vale analisarmos uma crônica do autor. Mas, antes façamos uma breve apresentação do cronista do Bruxo do Cosme Velho. O escritor, além de um grande romancista e contista, era um grande cronista, de uma produção considerável. “As crônicas de Machado de Assis – são mais de 600, ao todo formam uma parte importante da sua produção. No entanto, em comparação com o resto da sua obra, têm permanecido quase completamente ignorado.” (GLEDSON, 1997, p. 11). A crônica é o gênero literário mais próximo que temos das ideias do homem-cidadão, que atingia supostamente mais diretamente os leitores – são nas crônicas que se podem rastrear opiniões e visões do autor sobre vários acontecimentos da sua época. Cabe notar, que eram comuns na época os cronistas usarem pseudônimos e o escritor utilizou alguns, uma maneira de melhor se sentir livre a pontuar suas ideias e opiniões na arena diária da imprensa.

A crônica “Duelo de filantropia” publicada no Diário do Rio de Janeiro de 1864 retrata que num leilão de crianças escravas há uma disputa entre dois interessados, onde o

comprador não deixa que sua atitude fosse utilizado pela imprensa como atitude de vanglória. Na narrativa temos as seguintes imagens:

Era um leilão de escravos. Na fileira dos infelizes que estavam ali de mistura com os móveis, havia uma pobre criancinha abrindo os olhos espantados e ignorantes para todos. Todos foram atraídos pela tenra idade e triste singeleza da pequena. Entre outros, notei um individuo que, mais curioso que compadecido, conjecturava à meia voz o preço por que se venderia aquele semovente (...) O comprador não me desiludiu, porque, apenas começava a espreitá-lo, ouvi-lhe dizer alto e bom som: - É para a liberdade (...) – não vá agora dizer lá na folha que eu pratiquei este ato de caridade (...) Deixo ao leitor airoso duelo de filantropia (ASSIS Apud DUARTE, 2007, 27-28).

Na crônica várias imagens a ser pensada. Primeiro é interessante notar a percepção do autor em trazer uma história dessas para as páginas de um jornal tão importante da época; podemos de certa forma, considerar que havia uma intencionalidade do cronista em chamar a atenção para o caráter cruel da escravidão, quanto ao processo de desumanização - a criança sendo vendida e denominada de “semovente”. E o texto traz para os leitores reflexões sobre a escravidão e seus desdobramentos, como o papel da imprensa, e quando do final do leilão, o grito do vencedor é clarividente “é para liberdade”. Uma crítica mordaz da falsa filantropia - dos que se aproveitavam das alforrias. De forma visionária, critica também alguns abolicionistas que se promoveram da luta contra o fim da escravidão, mas como uma luta de promoção individual, do que propriamente uma preocupação sobre a situação dos escravos. Encerra a crônica solicitando ao leitor a reflexão para o problema. Pode-se levantar que o autor é sensível às vítimas da escravidão, e o texto chama atenção na tentativa de animar a opinião pública a emancipar os cativos. Cabe destacar que o ano 1864 é data anterior da Lei do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885), o que demonstra sua preocupação antecipada sobre a questão da escravidão - tema recorrente nas suas narrativas.

Um dos argumentos também utilizados no que se refere à “suposta convivência” do autor à escravidão, se dá ao fato da ausência de negros nos seus textos – o que é uma leitura extremamente apressada e superficial. De fato, Machado não colocou nos seus textos personagem negro (a) como protagonista principal, muito menos uma narrativa narrada por um personagem negro (a). O que, contudo, não faz com que o autor estivesse alheio ou conivente a tal instituição. Como coloca o crítico literário Eduardo de Assis Duarte:

Nos escritos machadianos não se veem em nenhum momento palavras de apoio, mesmo que implícito ou subentendido, à escravidão. Nem se encontram os estereótipos recorrentes cujo foco é a desumanização dos afrodescendentes. Todavia, a forma dissimulada, homeopática, com que vai introduzindo a questão étnica e a crítica ao escravismo foi vista como absenteísmo e denegação de suas origens. A tese encontra um possível respaldo no fato de o autor não ter assumido abertamente uma postura militante no âmbito do movimento abolicionista, opção esta que de

resto, iria de encontro à maneira discreta e “encaramujada” (como bem define Astrojildo Pereira) que pautou seu comportamento ao longo da vida. (DUARTE, 2007. p.252 – 253)

Sobre a escravidão no Brasil, cabe notar que Machado de Assis era crítico arguto da instituição. Mas suas críticas eram de forma sutil, velada, usando de uma fina e sofisticada ironia, quase imperceptível a um leitor desatento. O que não significa pensar que não fossem críticas contundentes (como veremos melhor no próximo capítulo, na leitura do conto: Pai Contra Mãe), servindo os textos machadianos como rastros de uma época que carrega ressonâncias históricas de aspectos das relações que a escravidão impunha a sociedade brasileira oitocentista.

3. ASPECTOS DA ESCRAVIDÃO NO CONTO PAI CONTRA MÃE

3.1 Tessituras sobre o conto “Pai contra Mãe”.

O conto “Pai contra Mãe” foi publicado em 1906 no livro “Relíquias de Casa Velho”, último livro de contos de Machado de Assis. A narrativa descreve a estória de Candido Neves, pessoa humilde que casa-se com Clara. O casal é agraciado com um filho, logo vai morar com a tia Mônica – Candido Neves resolve sobreviver a partir das recompensas dadas com a captura de escravos ‘fujões’ encontrados nos anúncios de jornais. Só que devido à falta de êxito nessa empreitada profissional, o casal se ver pressionado diante de extrema situação de penúria e a pedido da tia Mônica, resolvem doar o filho à ‘roda dos enjeitados’. Diante dessa decisão trágica, no momento da entrega, Candido Neves encontra Arminda, escrava grávida e ‘fujona’, segundo tinha lido no anúncio de jornal – logo captura e entrega ao seu senhor, mas no momento que recebe sua gratificação pelo feito a escrava perde seu bebê, dessa forma termina o conto: “nem todas as crianças vigam, bate-lhe o coração” (ASSIS, 2002, p258) - daí o título ‘Pai contra Mãe’.

Conto simples no que tange a narrativa (narrado na 3º pessoa), e nos aspectos de personagens, mas extremamente rico em possibilidades de leituras e interpretações. E cheio de pistas sobre alguns aspectos da escravidão e suas implicações. O historiador Antonio Torres Montenegro afirmar que o conto “Pai contra Mãe”, nada mais faz do que reforçar o imaginário senhorial e evidencia determinadas contradições da sociedade escravista da época. Segundo Montenegro:

Machado de Assis teceu muitos perfis psicológicos dos seus personagens. Para alguns, ao abstrair o mundo que o rodeava, Machado denotava algo incompreensível e passível de críticas. Para outros, tudo era uma questão de características, estilo, idiossincrasia do gênio. O seu conto “Pai contra a Mãe” é ambas as coisas. (...) No entanto, vemos como Machado surpreende. Por um lado, reforça todo tradicional imaginário senhorial em relação à escravidão; por outro, faz eclodir, no conto e nos leitores, o paradoxo profundamente enraizado na sociedade da época. (MONTENEGRO, 1988, p14-15)

A afirmação do historiador é plausível, mas equivoca-se pela falta de uma leitura mais aprofundada – evidentemente que toda leitura interpretativa de um texto literário não deve ir além daquilo que está contido e sugerido no texto – na materialidade do texto. De modo que achamos que o conto representa mais questões do que meramente o imaginário senhorial e uma mera contradição social. Luis Carlos Soares num estudo sobre a escravidão

no Rio de Janeiro também compartilha da visão de Montenegro sobre o conto, Soares pontua que:

Machado de Assis, num conto escrito logo depois da abolição da escravatura, forneceu uma breve descrição de alguns instrumentos de torturas para castigos de escravos, falando sobre o aspecto grotesco que eles apresentavam. Entretanto, como se estivesse aceitando a inevitabilidade da escravidão, dos castigos e desses instrumentos, o grande romancista escrevia que a “ordem humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel”. (SOARES, 2007, p201-202).

Luis Carlos Soares e Antonio Torres Montenegro compartilham da visão de que a narrativa machadiana não vai além de descrever aspectos da escravidão, vendo a instituição como inevitável. De certa forma estão corretos os dois historiadores, mas analisaram a narrativa ao pé da letra, como reflexo direto, sem observarem questões próprias das narrativas literárias, e, pior, sem dialogar com críticos literários do autor estudado. Esquecem, também, dos recursos próprios da arte literária, como a licença poética, ironia, entrelinhas e o contexto histórico da obra e do autor estudado. Discordamos dessa leitura, pois acreditamos que o conto representa questões mais complexas sobre a escravidão e estamos em consonância com os argumentos de Astrojildo Pereira sobre o escritor e o conto: “Naturalmente, êle era partidário da abolição; mas nunca foi propriamente um abolicionista no sentido militante e apostolar do termo. Excetuando-se o conto “Pai contra Mãe”, que tem por motivo um dos aspectos mais atrozes do regime escravocrata”. (PEREIRA, 1959, p25).

3.2 O conto “Pai Contra Mãe” Aspectos de Violência e Cenas da Cidade Negra

Nos primeiros parágrafos do conto o leitor se depara com imagens cortantes da escravidão – o que torna o texto uma crítica contundente ao esquecimento e a qualquer leitura da escravidão branda, cordial, sem violência. Torna-se importante a transcrição do conto, inicia-se com essas imagens:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e honestidade certas. **Era grotesco tal máscaras, mas ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel**⁸ (ASSIS, 2002, p249).

⁸ Grifo meu.

No começo do conto temos destilada toda fina e cortante ironia machadiana. Cabe refletir, o início do conto, pois nos remetem algumas características da escravidão, esquecidas pelas elites políticas brasileira do início do século XX. Crítica direta a interpretação da escravidão brasileira enquanto cordial e isenta de violência para com os escravos. O ápice da crítica em forma da ironia se dá: **“Era grotesco tal máscaras, mas ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel”**, é preciso perceber que a ironia machadiana dar-se muita das vezes a partir da afirmação, recurso utilizado para ironizar e criticar aquilo que estar se afirmando, de modo que, essa sofisticada imagem machadiana traz a percepção de que a ‘civilização’ baseada na escravidão é algo ‘grotesco,’ que é aceito e naturalizado por uma sociedade, no caso a sociedade brasileira⁹. O que foi esquecido na análise de Soares e Montenegro

O Primeiro parágrafo representa detalhadamente os usos de instrumentos de tortura¹⁰, sobre outros objetivos da máscara de folha-de-flandres, como indica o historiador João Alípio Goulart:

A máscara foi o instrumento usado preferencialmente para castigar escravos dados a excessos alcoólicos, ao furto de alimentos à ingestão de terra ou barro; sendo que, neste último caso, como castigo e como elemento auxiliar na cura dos geófagos... Confeccionada em zinco, ou fôlhas – de - flandres, a máscara cobria todo o rosto, prendendo-se ao occiput (parte trazeira do pescoço – cagote) por uns prolongamentos que se fechavam a cadeado. O aparelho era provido de pequenos buracos através dos quais o “mascarado” via e respirava, sem, contudo poder levar qualquer alimento à bôca. Havia máscaras que, como se fôssem bridões, vendavam sòmente a bôca do seu portador. O castigo da máscara tinha, em regra, duração prolongada, sendo necessária permissão do senhor para retirada do aparelho a fim de poder o paciente alimentar-se. Além do sofrimento físico, que aquêle instrumento não podia deixar de acarretar, passava ainda seu portador pela humilhação do andar por tôda parte de rosto tapado (...). (GOULART, 1971, p71)

O primeiro parágrafo para além de apenas descrever instrumento de torturas, representa descritivamente o processo de desumanização e violência que os escravos eram submetidos no Brasil. Especificamente o escravo urbano – cidade do Rio de Janeiro. Sempre de forma irônica quando diz que não cito aparelhos e logo depois traz imagens detalhadas de alguns objetos de tortura, como “a máscara de folha de flandres” a forma minuciosa que o

⁹ Sobre essa perspectiva vale a análise do Roberto Schwarz e o conceito de ‘desfaçatez de classe’ numa leitura fina da ironia machadiana no livro: Memórias Póstumas de Brás Cubas.

¹⁰ Evitaremos colocar a palavra “castigos”, pois a palavra é comum em livros didáticos de História que se referem à escravidão no Brasil. Sobre o termo “Castigo” – os escravos eram castigados com açoites, é válido lembrar, que “esta palavra, com conotações patriarcais e religiosas - o Pai castiga seus filhos, para que vejam o erro” (MELLO, 2007, p.3). Percebe-se o olhar mais atento do autor, pois uma palavra que incrimina os escravos quando se rebelavam diante de um crime incomensurável que era a de ser escravo. De modo que, nosso objetivo é que lembremos que a violência sofrida pela população afro-brasileira se dá também no campo dos discursos, uma forma de racismo sutil, mas que naturaliza práticas depreciativas com os aspectos que remetem à cultura afro-brasileira.

autor retrata é a de alguém que convivia com essas imagens diariamente, e que provavelmente, imagens estas que tinha deixado alguma impressão, pois ao contrário não traria de forma tão detalhada e reflexiva para o leitor. Sobre a máscara de folha-de-flandres, vejamos imagens da época representando à máscara:



11

É preciso mencionar que existiram no Brasil vários tipos de máscara de folha - de - flandres, que variavam no formato, a descrita por Machado de Assis era uma delas. No caso a segunda imagem acima. Existiam outras, uma muito comum era a que fechava apenas a boca representada na primeira imagem que é muito utilizada em livros didáticos de história. Ao escolher a máscara de folha - de - flandres, o escritor preservava as lembranças e imagens para os leitores futuros de uns dos instrumentos mais vis de tortura usados durante a escravidão no Brasil. Continuando o parágrafo:

(...) Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos da máscara. O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravos que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.(ASSIS, 2002, p249-250).

Continuando o circo dos horrores da escravidão, o autor traz à tona o ferro no pescoço, não menos grotesco que a máscara. Pesava, pois, além do caráter visual e da dor física, o autor traz o aspecto simbólico, ou melhor, o sinal deixado por tal coleira, que tinha

¹¹ - ogelicasado.blogspot.com.escravidãoblosporte.Pois é a imagem que mais se aproxima da descrita por Machado de Assis. A segunda é a imagem mais conhecida da máscara de folha - de - flandres que é diferente da descrita por Machado.

como um dos objetivos deixarem marcas nos escravos, caso conseguisse fugir, essas marcas serviriam com rastro de marcas identitárias, o que era comum de se encontrar descritos nos jornais da época no Brasil. O conto chama atenção para os aspectos da violência física e simbólica, que é um dos instrumentos básicos para a sustentação da escravidão. “A violência era um elemento fundamental no controle dos escravos pelos senhores”. (SOARES, 2007, p196). Outra imagem logo na primeira página chama-nos atenção:

Há meio século, os escravos fugiam com freqüência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancadas. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprando no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas os ladinos, pediam ao senhor que lhe marcassem aluguel, e ia ganhá-lo fora, quitandando (...). (ASSIS, 2002, p250).

Podemos inquirir que a informação contida nesse parágrafo se trata da escravidão durante o século XIX, onde as fugas foram intensificadas a partir da segunda metade do referido século e a compra de alforrias se deram com maior intensidade, o que de forma iniludível contribuiu para o fim da instituição da escravidão no Brasil. E também alude para o fato de que os escravos não eram passíveis as práticas de torturas, na fina ironia machadiana “nem todo gostavam de apanhar pancadas”.

O fato de um escravo ser uma propriedade que custava dinheiro (*dinheiro* também dói) fazia com o senhor manter uma relação tênue e complexa com seus escravos, ao mesmo tempo em que tinha que demonstrar certo controle e regras, usadas de recursos de torturas, tinha que respeitar os pontos de vista dos escravos, que mesmo em uma relação desigual de forças impunham limites ao controle senhorial, mas no fim das contas dessa relação, os escravos ficavam com a conta mais cara a pagar dessa tensão, pois os recursos jurídicos e econômicos se detinham nas mãos dos senhores.

O que, contudo, não fazia com que os senhores não pensassem bem antes de suas atitudes aos seus escravos. Que mesmo diante dessa relação se rebelava constantemente, em fugas em massa ou reconquista de sua liberdade. Nessa passagem, também cita o “Valongo” local de grande concentração de população africana. Funcionava ali o principal cais de desembarque de africanos escravos na cidade. Outro aspecto é o termo “ladino”, utilizado para descrever escravos “ladinos” (negros já aculturados), entendiam e falava português e possuíam uma habilidade especial na realização das tarefas e cita também o “escravo de ganho”, experiência muito praticada no espaço urbano, onde o escravo trabalhava e pagava

uma determinada quantia ao seu senhor, conhecida na época como jornal. Era comum trabalharem em quitandas de frutas, de galinhas entre outros produtos, prática muito comum nas grandes cidades brasileira, em especial na Corte¹². Continuando o parágrafo temos:

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, - ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo rigor da lei contra quem o açoitassem. (ASSIS, 2002, p 250).

Relacionado à imagem narrada com um anúncio Almanak Laemmert do dia 18 de outubro de 1884, percebemos uma semelhança significativa a descrição machadiana pode levantar uma proposição de que Machado de Assis pelo fato de ser jornalista e um leitor vivo dos periódicos da época pode ter tirado a narrativa do conto de uma ou mais notícias retratando a fuga de escravo (as) e cartazes de recompensas. Temos no anúncio da época uma descrição detalhada na passagem acima do conto, transcritas detalhadamente as características principais dos anúncios de captura nos jornais e revistas do Brasil oitocentista:

¹² Mary Karasch no livro: “A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850”, demonstra a autora que muitas práticas cotidianas feitas pelos escravos no Brasil eram muitas das vezes reinvenções de práticas africanas, com os hábitos, danças, comidas, práticas de quitandar, entre outras.

1884

CRIOULO FUGIDO.

RS. 50000

DE ALVICARAS



Anda fugido, desde o dia 18 de Outubro de 1884, o escravo crioulo de nome

FORTUNATO,

de 20 e tantos annos de idade, com falta de dentes na frente, com pouca ou nenhuma barba, baixo, reforçado, e picado de bexigas que teve ha poucos annos, é muito pachola, mal encarado, falla apressado e com a bocca cheia olhando para o chão; costuma ás vezes andar calçado intitulado-se forro, e dizendo chamar-se Fortunato Lopes da Silva. Sabe cozinhar, trabalhar de encadernador, e entende de plantações da roça, donde é natural. Quem o prender, entregar á prisão, e avisar na côrte ao seu senhor Eduardo Laemmert, rua da Quitanda n.º 77, receberá 50000 de gratificação.

Rio de Janeiro. — Typ. Universal de LAEMMERT. Rua dos Invelidos, 61 B.

13

É impressionante a semelhança da narrativa machadiana com o anúncio publicado no Almanak Laemmert do dia 18 de outubro de 1884 que estabelecia uma recompensa para quem recuperasse o escravo Fortunato de 20 anos de idade, crioulo – nascido no Brasil, que chama atenção o fato de andar calçado - símbolo de liberdade. Mas não cabe analisarmos mais detalhadamente o anúncio, haja vista que nosso objeto é outro. A descrição minuciosa de Machado sobre os anúncios de recompensas na captura de escravos fujões no século XIX é um documento histórico interessante quando confrontados com outras fontes da época. Machado descreve com detalhes meticulosos aspectos da escravidão brasileira – traço característico da literatura realista à machadiana.

Candinho oprimido pela pobreza e a falta de oportunidade de acesso a emprego formal, algo comum na Corte, diante disto resolve viver de capturar escravos fujões. Sobre essa nova empreitada profissional do personagem Candinho “pegar escravos fugidos trouxe-lhe um encanto novo. Não obrigava a estar longas horas sentados. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda”. (ASSIS, 2002, p250). É significativa essa parte,

¹³ Imagem retirada de: REIS, João José. **Ameaça negra!** Quilombolas assombravam o dia a dia de senhores e funcionários da colônia. In: A era da escravidão. Rio de Janeiro, Sabin: Revista História da Biblioteca Nacional, 2009.

pois caçar escravos na cidade do Rio de Janeiro, após a segunda metade do século XIX, era uma prática comum. Como indica Soares:

Mais tarde, em 1846, as autoridades governamentais reativaram a Companhia de Pedestre e uma das principais atribuições destes soldados, até 1866, foi à captura de escravos fugidos viessem endereçados principalmente “aos Senhores Pedestres”, oferecendo-lhes também alguma recompensa. Entretanto, qualquer indivíduo livre podia ser aventurar na captura de escravos evadidos bastando apenas copiar os anúncios de jornal, providenciar os apetrechos necessários e sair à procura dos fujões pela cidade e arredores. Depois dos anos 1830, muitos indivíduos pobres tiveram nas recompensas, pela captura de escravos fugidos, o seu único meio de vida, sendo muito grande a concorrência que eles desenvolviam com os mal remunerados soldados da Polícia (SOARES, 2007. p237).

O texto retrata o drama da escravidão urbano (a tensão social do Candinho pobre, caçador de escravos fujões e Arminda escrava em busca da sua liberdade). Desde 1763 quando se torna capital do Brasil até chegada da família real em 1808, o Rio de Janeiro torna-se o centro fulcral do Império e na primeira metade do século XIX era nessa época a maior cidade escravista das Américas com a principal concentração de africanos. Para termos uma melhor noção da participação do escravo na cidade onde é ambientado o conto, vejamos:

O censo de 1849 registrou a presença de 78 855 cativos entre os 205 906 habitantes das paróquias urbanas do Município da Corte (38,2%). Se computados também as paróquias rurais, teremos 110 602 escravos numa população total de 266 466 indivíduos (41,5%). Todos esses dados significam que naqueles anos o Rio tinha a maior população escrava urbana das Américas, sendo que os aproximadamente 80 mil cativos que habitavam a cidade em 1849 representam um notável contraste numérico com os 15 mil escravos existentes em Nova Orleans em 1860. Tamaña concentração de negros escravos e livres – em 1849 havia ainda 10 732 libertos nas freguesias urbanas, e mais alguns milhares de pretos e pardos livres – deixava os administradores da Corte apreensivos (CHALHOUB, 2003, p187).

A tensão social relacionado a Candinho e Arminda representa alguns aspectos do Rio de Janeiro oitocentista. De modo que o Rio de Janeiro se enquadra naquilo que Sidney Chalhoub denominou de “Cidade Negra” – termo que tem como recorte a importância da população negra. A Cidade Negra é o engendramento de um tecido de significados e de práticas sociais que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos num sentido específico – Uma lógica própria e redes de solidariedades produzidas pela população negra na Corte.

Em outro momento do conto temos: “Um dia os lucros entraram a escassear. Os escravos fugidos não vinham já, como dantes (...). Certa vez capturou um preto livre; desfez-se em desculpas, mas recebeu grande soma de murros que lhe deram os parentes do homem”. (ASSIS, 2002, p253). Essa imagem representa dois aspectos, primeiro reflete a queda no número de escravos na Corte e, por conseguinte, as dificuldades encontradas por Candinho em discernir negros livres e escravos, pois as redes de atuações próprias dos negros dificultavam a política de dominação senhorial.

O meio urbano misturava os lugares sociais, escondia cada vez mais a condição social dos negros, dificultando a distinção entre escravos, libertos e pretos livres, e desmontando assim uma política de domínio em que as redes de relações pessoais entre senhores e escravos, ou amos e criados, ou patrões e dependentes, enquadravam imediatamente os indivíduos e suas ações. A cidade que escondia, porém, ensejava aos poucos a construção da cidade que desconfiava que transformasse todos os negros em suspeitos. (CHALHOUB, p192, 2003.)

No momento que os destinos de Arminda e Candinho se encontram pela primeira vez, “Naquele dia reviu todas as suas notas de escravos fugidos (...). Uma, porém, subia a cem mil réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e vestido. c Cândido Neves andara a pesquisá-la sem melhor fortuna, e abrira mão do negócio imaginou que algum amante da escrava a houvesse recolhido” (ASSIS, 2002, p255). É sintomático Candinho ter nesse momento desistido de capturar a escrava ‘fujona’, pois era comum se encontrar nos anúncios de jornais da época que cativas eram muitas das vezes seduzidas por terceiros.

A história das lutas dos negros da Corte pela liberdade ao longo do século XIX é parte essencial da história da própria cidade do Rio de Janeiro no período (Cidade Negra). A cidade do Rio de Janeiro tinha um contingente considerável de negros, resultando as dificuldades de ser acompanhar ou controlar a trajetória dos cativos! Enfim, com toda carga dramática machadiana Candinho recupera Arminda:

Era mesma, era a mulata fujona. – Arminda bradou, conforme nomeava o anúncio. Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível... Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e **naturalmente não acudia**¹⁴. Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites – coisa que, estado em que ela estava, seria pior de sentir. Com certeza, ele lhe mandaria dar açoites (ASSIS, 2007, p257-528).

Na parte final do conto duas representações chamam atenção, primeiro é a de Arminda ao justificar a Candinho que sua prisão resultaria em surras dadas pelo senhor, de modo que a fuga se deu, devido aos maus tratos dado pelo seu senhor. Essa imagem está em consonância com dados levantados por Chalhoub na sua pesquisa sobre os escravos nas últimas décadas da escravidão no Rio de Janeiro, “de qualquer forma, talvez haja aqui a constância de que um dos motivos mais recorrentes alegados por escravos que agrediam seus senhores ou feitores era o de que estes aplicavam castigos rigorosos ou sem motivos justos.” (CHALHOUB, 2003, p201).

A narrativa do conto expõe uma sociedade de relações complexas, onde à pobreza de maior parte da sua população e a falta de oportunidade de melhoria de vida afligiam tantas pessoas pobres livres, quantos escravos, mas os escravos (as) carregavam a parte mais pesada

¹⁴ Grifo meu

dessa sociedade desigual e excludente. Percebe no conto que atitude de Arminda ao fugir do cativo devido aos maus tratos do senhor representava uma prática de questionamento ao poder senhorial, haja vista que seu poder era baseado no domínio sobre seus cativos, “a fuga parece ter sido a modalidade predominante de rebeldia dos escravos no século XIX. Isso é o que nos indicam os registros policiais e a grande quantidade de anúncios de escravos fugidos publicados nos periódicos do Rio de Janeiro” (SOARES, 2007, p235). Ainda sobre Arminda, é, preciso pontuar que sua fuga não pode ser lida enquanto uma prática de resistência heróica contra escravidão, nem como uma coisificação - fuga sem maiores intenções.

A segunda imagem que chama atenção **“Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia”**, se refere ao fato de que os gritos dilacerantes de Arminda não comoveram as pessoas que viram à cena dantesca onde é amarrada pelo seu algoz. É preciso ter à compreensão de que nessa passagem, Machado de Assis não esta naturalizando as práticas de violência da escravidão, mas reflete a forma como o escritor trazia em sua narrativa à temática. Como diz o crítico Astrojildo Pereira:

Machado de Assis não via na escravidão apenas o aspecto sentimental, mas sim o fenômeno social em seu conjunto – e sobre este fenômeno é que incidia a sua lente de analista, servindo-se dos indivíduos como componentes e como expressão de um todo complexo. (PEREIRA, 1958, p 26)

Podia Machado de Assis chama atenção através de sua ironia cortante para o fato de que a grande questão da escravidão era sua aceitação, a instituição que fazia naturalizar tais práticas é essa perspectiva que Soares e Montenegro perderam de vista nas suas análises do conto, afirmando em linhas gerais, que o conto nada mais faz do que aceitar a escravidão e levanta certas contradições, lendo de forma mais densa o conto percebemos uma teia de complexidades maior do que meramente descrever práticas da escravidão. É preciso contextualizar mais profundamente a obra analisada.

Machado ao escrever sobre as “torturas” aplicadas aos escravos na Corte – Rio de Janeiro, após alguns anos passados o 13 de maio de 1888, refaz e traz a tona aos leitores páginas horrenda da escravidão no Brasil. O conto é um dos textos literários mais representativos sobre a escravidão no Brasil e suas implicações. “Numa das mais agudas denúncias das misérias do escravismo” (SILVA, 2002 p9). Sobre o texto “Pai contra Mãe” podemos ler o conto pelo caráter de denúncia, pois, foi publicado quase duas décadas após a abolição. O conto abre o livro ‘Relíquias de Casa Velha’, publicado em 1906. Outro ponto a ser destacado é que o autor já era consagrado enquanto grande escritor da época. Então tinha noção do que representava a publicação de um livro seu para os leitores da época

O texto foi publicado na República, período que as autoridades republicanas fizeram políticas para o esquecimento da escravidão na história brasileira. Cabe lembrar o caso de Rui Barbosa, quando determinou a queima dos documentos relacionados aos escravos, evidentemente que havia interesses pragmáticos, na preocupação das indenizações dos senhores, e é preciso destacar que não se destruiu todos os documentos sobre a escravidão no Brasil. O início da República também foi um período de construção de uma nova identidade brasileira que de forma oficial preferia apagar todos os rastros e lembranças dos negros na formação histórica do Brasil, pois, segundo os republicanos era necessário apagar essa “nódoa” da história brasileira.

De modo que o conto “Pai contra Mãe” é um texto importante, pois contém informações detalhadas sobre a escravidão no Brasil, em especial na Corte, possibilita visualizar práticas de violências, cenas da Cidade Negra do Rio de Janeiro, as tensões sociais provocadas pela escravidão e deixa aos leitores a leve e cortante impressão de que a escravidão existiu no Brasil com suas configurações e dramas humanos e que é algo que não pode ser apagado da história brasileira.

Considerações Finais

A narrativa literária do conto “Pai contra mãe” é uma obra literária importante, mais, sobretudo, pode ser lida como uma fonte histórica significativa para se pesquisar alguns aspectos da escravidão brasileira no século XIX. Especificamente é uma fonte histórica valiosa para os historiadores que estudam a escravidão.

Machado de Assis já foi denominado de historiador, devido a sua aguda análise da sociedade do seu tempo e de como teve a capacidade de registrar características marcantes da sociedade brasileira do seu tempo.

Na época do Segundo Reinado a escravidão era a grande questão de discussão no Brasil. E o Bruxo do Cosme Velho, como típico homem do seu tempo, estava atento a essa discussão, mas sempre à sua maneira, usando das ironias finas e cortantes. De modo que o conto: “Pai contra Mãe” pode ser lido como um texto de denúncia, pois foi publicado no livro: ‘Relíquias de Casa Velha’ em 1906, alguns anos após abolição, num período de reconstrução da identidade brasileira aos moldes do embraquecimento da nossa história e cultura.

Os dramas de Candinho e de Arminda se confundem num final trágico para a escrava “fujona”, mas no conto estão páginas de descrições minuciosas do ponto de vista literário e etnográfico das práticas de torturas no Brasil escravocrata, como no caso da máscara de folha -de -flandres.

A forma que Machado de Assis conduz à narrativa levou alguns críticos e historiadores a certas visões reducionistas sobre o conto. Como no caso da leitura apressada e superficial de Antonio Torres Montenegro. Primeiro não se pode destruir os valores literários específicos da narrativa poética. Segundo, ao analisar uma obra literária para uma leitura mais sofisticada, é preciso analisar a vida do autor, as características próprias do escritor, seus estilos próprios e recursos poéticos e, por último, é preciso dialogar com a crítica literária sobre o autor e obra analisada.

De modo que o conto “Pai contra mãe” é um documento imprescindível para se entender algumas características dos *modus operandi* da escravidão no Brasil oitocentista. E traz aos leitores a impressão de que escravidão carregava dramas humanos no seu enredo cotidiano e de que é preciso não esquecer que a escravidão foi o acontecimento mais importante no processo de formação brasileiro, e de como diz Machado sobre a máscara de folha – de – flandres, era grotesco tal máscara, e mais grotesco é tentar apagar e silenciar essas páginas da história brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luis Felipe de. Com quantos escravos se constrói um país? In: **Raízes africanas**. Rio de Janeiro, Sabin: Revista História da Biblioteca Nacional, 2009.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**: estudos sobre a escravidão no Rio de Janeiro, 1808 -1822. Petrópolis: Vozes, 1988.

ASSIS, Machado de Assis. **Melhores Contos**. 14ed°. São Paulo: Global, 2002.

ASSIS, Machado de. **Obra completa. V.3**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2004

_____. **Bom Dias: Crônicas (1888-1889)**. 2°ed. São Paulo: HUCITEC. 1997.

_____. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. 15°ed. São Paulo: Ática. 1999.

_____. **Esau e Jacó**. 12°ed. São Paulo: Ática. 1999.

_____. **Crítica Teatral**. Rio de Janeiro: M. Jackson Inc. Editores, 1944.

ANDRADE, Mário. **Aspectos da literatura brasileira**. 4°ed. São Paulo: Martins, 1972.

ARANHA, Gervásio Batista. **A Sombra de Michelet**: A escrita da história, hoje à luz da literatura. 2006.

_____. **A História Renovada**: A emergência dos novos paradigmas. In, Saeculum, revista de história, nº45. João Pessoa. UFPB. Dezembro, 2000.

ARISTÓTELES. **Arte Poética**. São Paulo, Martin Claret, 2005.

BARRETO, Lima. **Histórias e Sonhos**. 3°ed São Paulo: Brasiliense, 1956.

BOURDÉ, Guy e Martin, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Europa-América, s/d.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BROOKSHAW, David. **Raça e Cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CARVALHO, José. Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3° ed. São Paulo: Companhias das letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Liberdade é Terra. In: **A Era da escravidão**. História Biblioteca Nacional, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**: estudos de Teoria e História Literária. 10ªed. Rio de Janeiro: Ouro Azul, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

_____.e Pereira, M.Leonardo Affonso de. (Org). **A História Contada**: Capítulos da História social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1998.

CHARTIER, Roger **a Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre, Artmed, 2001.

_____. **A História Cultural**: entre praticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988.

_____. **A Beira da Falésia**: A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre. UFRGS. 2002.

CUNHA, Cilaine Alves. **O Machado de Assis desconhecido**. Entre Livros. N 30º, 2007.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: por uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1976.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afro-descendente escritos de caramujo**. 2º ed. .Rio de Janeiro: Pallas,Crisálidas.2007.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: Uma introdução. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 9ª ed. São Paulo. Editora Loyola. 2003.

FREYRE, Gilberto. **Realidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Fename, 1980.

_____.**Seleta**. 4ªed . Rio de Janeiro. José Olympio, 1983.

GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros**: Verdadeiro, Falso, Fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Hélio. Da poesia às cartas, o Machado a revelar. In: **O Machado de Assis desconhecido**. São Paulo: Revista Entre Livros, n30°. 2008.

GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

GOFF, Le Jacques, Nora, Pierre. **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1976.

GOULART, José Alípio. **Da Palmatória ao Patíbulo: Castigos de Escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro - 1808-1850**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

LAJOLO, Marisa. **O que é Literatura?** São Paulo. Brasiliense. 1986.

_____. **Machado de Assis: seleção de textos, notas, estudo biográfico, histórico e crítico e exercícios**. São Paulo. Abril educação. 1980.

MALERBA, Jurandir. **Lições de História: O caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MELO, Josemir Camilo de. **A violência Sutil do Racismo**. III Congresso Internacional de Estudos Comparativos. UEPB: Campina Grande, 2007.

_____. **A influência inglesa na cultura do Machado de Assis Jornalista**. I encontro de História do Império Brasileiro: Múltiplas Visões, Cultura Histórica nos Oitocentos. UFPB: João Pessoa, 2008.

MENDONÇA, Luciano de Lima. Uma porta estreita para a liberdade: as ações cívicas e alguns aspectos do cotidiano escravo na Campina Grande do século XIX. In: _____ (Org.) **A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. João Pessoa: Idéia, 2003.

MEYER, Augusto. **Machado de Assis (1935- 1958)**. Rio de Janeiro: Livraria. São José, 1958.

MOMIGLIANO, Arnaldo: A tradição Herodoteana e Tucídideana. In **As Raízes Clássicas da**

Historiografia Moderna. Bauru - São Paulo. EDUSC, 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Abolição.** São Paulo: Ática, 1988.

MUSSE, Ricardo. **Retratos do Brasil.** Entre Livros. Nº. 8, 2007.

MURICY, Kátia. **A Razão Cética:** Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo. Companhias das Letras. 2003.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História, História Cultural.** Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

PEREIRA-MIGUEL, Lúcia. **Prosa de Ficção** (de 1870 a1920). 3ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

SOARES, Luis Carlos. **O povo de “Cam” na Capital do Brasil:** a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

SILVA, Alberto da Costa. **Das mãos do Oleiro:** aproximações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. **Notícias da África:** as anotações de José Bonifácio sobre geografia e cultura africanas. In: **Raízes africanas.** Rio de Janeiro, Sabin: Revista História da Biblioteca Nacional, 2009.

SCHWARZ, Roberto. **Machado de Assis:** Um Mestre na Periferia do Capitalismo. 3ªed. São Paulo: 34. 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura Como Missão:** tensões sociais e produção cultural na primeira República. 2ªed. São Paulo: Companhias das Letras. 2003.

_____. N. **A Capital irradiante:** técnicas, ritmos e ritos do Rio. In _____ (Org.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhias das letras, 2004, V.4.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere.** V II. 6ªed. São Paulo: Martins, 1970.

REIS, José Carlos. **História e Teoria:** Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 2. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

REIS, João José. Ameaça negra! Quilombolas assombravam o dia a dia de senhores e funcionários da colônia. In: **A era da escravidão.** Rio de Janeiro, Sabin: Revista História da Biblioteca Nacional, 2009.

RIBEIRO. Luis Filipi. **Machado, um contista desconhecido.**
<http://www.machadodeassis.net/downad/machadoum%20contista%desconhecido.pdf>

ROSA, João Guimarães. **Primeiras Estórias.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

WHITE, Hayden. **Meta História**. São Paulo. EDUSP. 1995.